

Brasil

Relatório de Término de Projeto (PCR)

Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo

(BR-L1013; 1681/OC-BR)

Setor: Meio Ambiente; Biodiversidade e Conservação de Áreas Protegidas

Data de Elaboração: 15 de fevereiro de 2013

Data do QRR: 23 de abril de 2013

Data de Aprovação: 10 de maio de 2013

Equipe de Projeto Original:

Helena Landázuri (RE1/EN1), Chefe da Equipe; Carmen Altés (RE1/EN1); Teodoro Noel (RE1/EN1); Kléber Machado (RE1/EN1); Marco Antônio Mendes (COF/CBR); Edu Gonzaga Cesar (COF/CBR); Rosina de Souza (LEG). Apoio na análise do Projeto: Héctor Malarin (RE1/EN1) e Maria Cláudia Perazza (RE1/EN1). Produção do documento: Jorge Ordóñez.

Equipe de Elaboração do PCR:

Annette Killmer (RND/CBR); Chefe de Equipe, Antônio Carlos Tatit Holtz (Consultor); e Rosario Gaggero (INE/RND).

Acrônimos e Abreviações

AAAP	Associação Ambiental de Apoio ao Parque (PECB)
ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura
BACEN	Banco Central
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCRG	Companhia de Cimento de Ribeirão Grande
CECAV	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CJ	Consultoria Jurídica (SMA)
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CP	Comparação de preço
CPOS	Companhia Paulista de Obras e Serviços
CA	Coordenadoria de Administração (SMA)
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOE	Diário Oficial do Estado
EE	Estação Ecológica
FF	Fundação para a Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo
FUNDESVAR	Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira
GPS	Grupo de Planejamento Setorial (SMA)
GVBS	Grupo Voluntário de Busca e Salvamento (PETAR)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IF	Instituto Florestal
ISDP	<i>Informe de Seguimento de Desempenho de Projeto</i>
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LPN	Licitação Pública Nacional
MP/ME	Micro, pequenas e médias empresas
NLC	Núcleo de Licitações e Contratos (SMA)
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA	Plano de Aquisições
PECB	Parque Estadual “Carlos Botelho”
PECD	Parque Estadual Caverna do Diabo
PEI	Parque Estadual Intervales
PEIb	Parque Estadual de Ilhabela
PEIC	Parque Estadual da Ilha do Cardoso
PEJ	Parque Estadual Jacupiranga
PETAR	Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira
POS	Proposta Orçamentária Setorial
PPA	Plano Plurianual
RPPN	Reserva Particular de Patrimônio Natural
SBQ	Seleção Baseada na Qualidade
SELT	Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo
SIAFEM	Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios
SIEFLOR	Sistema Estadual de Florestas
SIGEO	Sistema de Informações Gerenciais de Execução Orçamentária
SIMPA	Sistema de Monitoramento de Programas e Ações
SMA	Secretaria do Meio Ambiente
SMAP	Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projeto
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCCA	Termo de Compromisso de Compensação Ambiental
TdR	Termo de Referência
UC	Unidade de Conservação
UCP	Unidade de Coordenação do Projeto (SMA)
UPP	Unidade de Preparação do Projeto (SMA)
USD	Dólares americanos

Índice

I.	Informação Básica	1
II.	O Projeto	2
	a. Contexto do Projeto	2
	b. Descrição do Projeto.....	3
	i. Objetivo(s) de Desenvolvimento.....	3
	ii. Componentes.....	3
III.	Resultados	4
	a. Efeitos Diretos	4
	b. Externalidades	6
	c. Produtos	8
	d. Custos do Projeto	10
IV.	Implementação do Projeto	11
	a. Análise de Fatores Críticos	11
	b. Desenvolvimento do Mutuário/Agência Executora	13
	c. Desenvolvimento do Banco	13
V.	Sustentabilidade	13
	a. Análise de Fatores Críticos	13
	b. Riscos Potenciais.....	14
	c. Capacidade Institucional	16
VI.	Monitoramento e Avaliação	16
	a. Informação sobre Resultados	16
	b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post	16
VII.	Lições Aprendidas	17

Anexos

I. Informação Básica

DADOS BÁSICOS (MONTANTES EM US\$)

Nº PROJETO: BR-L1013
Empréstimo:1681/OC-BR

Mutuário: Estado de São Paulo

Agência Executora (AE): Secretaria de Meio Ambiente – SMA

Setor:

Meio Ambiente; Biodiversidade e Conservação de Áreas Protegidas

TÍTULO: Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo

Data da Aprovação pelo Diretório: 09/11/2005

Data da Efetividade do Contrato de Empréstimo: 23/02/2006

Data da Elegibilidade do Primeiro Desembolso: 28/08/2006

Meses em Execução:

* **Desde a aprovação:** 86,5 meses

* **Desde a efetividade do contrato:** 83

Períodos de Desembolso

Data Original de Último Desembolso: 23/02/2010

Data Atual de Último Desembolso:22/02/2013

Extensão Acumulada (Meses): 36

Extensão Especial (Meses):2

Montante do Empréstimo(s)

* **Montante Original:** USD 9.000.000,00

* **Montante Atual:** USD 9.000.000,00

* **Pari Passu (se aplicável):** 60 a 40

Instrumento de Empréstimo:

Contrato de Empréstimo/ Operação de Investimento Específico

Desembolsos

* **Montante atual:** USD8.833.100 (98,14%)

Custo total do projeto (estimativa original): USD15.000.000,00

Investimento Combate a Pobreza

(PTI): Não

Equidade Social (SEQ): Não

Redirecionamento

Tem este Projeto redirecionamento? Não

Classificação Ambiental: B

Em estado de "Alerta"

Está o projeto "em alerta" no PAIS: Sim

Caso afirmativo, favor indicar motivos: uma demora significativa na estruturação/contratação dos grupos assessores da UCP e um planejamento de aquisições que implicou que os primeiros contratos eram todos financiados com recursos do Estado.

Comentários de relevância da classificação de alerta deste projeto (se aplicável):A classificação passou de Problema para Alerta graças à extensão de prazo para seu término, que permitiu imprimir mais ritmo a sua execução.

Resumo da Classificação do Desempenho

OD	<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)
PI	<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)
SU	<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)

II. O Projeto

a. Contexto do Projeto

O Projeto abrange três áreas do Estado de São Paulo: a região do Vale do Ribeira, Alto Paranapanema e o Litoral Norte Paulista, que se caracterizam por abrigar uma das formações vegetais mais ricas em biodiversidade do planeta, sendo um dos 17 biomas mais ameaçados de extinção: a Mata Atlântica, declarada pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, e identificada pela *Conservation International* como um dos 25 *Hotspots* prioritários para a conservação ambiental em todo o mundo.

O Estado de São Paulo chegou a ter 84% da sua superfície coberta pela Mata Atlântica; atualmente, a cobertura deste bioma se encontra ao redor de 8%, o qual constitui 18% da superfície de Mata Atlântica em todo Brasil. A Mata Atlântica no Estado de São Paulo se concentra principalmente no Litoral, que contém amostras expressivas desse bioma, e no Vale do Ribeira, que contém amostras em excelente estado de conservação, o que justifica a escolha dessas duas regiões para a execução do presente Projeto. Essas áreas têm atrativo eco-turístico potencial, no entanto, com problemáticas distintas.

Atualmente, a economia do Vale da Ribeira está atrelada a exportação de produtos agrícolas e naturais, agregando escasso valor derivado da produção primária. A grande maioria dos empreendedores é de pequenos produtores, com prevalência da pequena propriedade agrícola (36% dos estabelecimentos agropecuários têm menos de 10 hectares). O setor secundário se limita ao processamento de alguns produtos da mineração, registrando-se um baixo número de estabelecimentos que ocupam um volume igualmente baixo de mão de obra.

Já na preparação do Projeto se constatou que a população dos municípios que constituem a área de influência do Projeto no Vale do Ribeira era de aproximadamente 280.000 pessoas, que tinham receitas relativamente pequenas, com IDH significativamente menor do que o IDH do Estado (0,727 vs 0,814), taxa de analfabetismo era de 12% (frente a 6,6% para São Paulo); a cobertura dos serviços sanitários se encontrava ao redor de 66% (frente a 85,7% para São Paulo) e a taxa de mortalidade infantil era de 19,61 por mil nascidos vivos (frente a 16,07 para São Paulo). Historicamente, a zona do Vale do Ribeira apresenta os menores índices de crescimento populacional do Estado e o menor índice de densidade demográfica, com apenas 18 hab/km².

O Litoral Norte Paulista tem uma população fixa da ordem de 260.000 pessoas e uma população flutuante estacional que chega a 1,5 milhões de pessoas, e cobre uma extensão de aproximadamente 1.977km², com vocação turística, devido à presença de praias associadas a serras com mata densa. O Município de Ilhabela é um dos municípios de menor renda per capita da região. Sem dúvida, tal nível de ingressos não parece refletir o nível de desenvolvimento social da região; o IDH é relativamente similar ao dos municípios do Vale do Ribeira, e a cobertura dos serviços sanitários é significativamente menor (25% frente a 66% no Vale do Ribeira e 85,7% em todo o Estado de São Paulo). O índice de crescimento populacional é em essência alto -- 3,2%, mais do que o dobro da cifra para todo o Estado--, e o índice de densidade demográfica é de quase 1.000 hab/km².

O ecoturismo, o turismo da natureza, atividade centrada na visita a áreas protegidas, foi concebido como uma alternativa econômica para as populações assentadas nestas áreas. O Governo do Estado de São Paulo reconhece no ecoturismo uma oportunidade para compatibilizar a proteção ambiental com o crescimento econômico. As unidades de conservação que protegem os remanescentes de Mata Atlântica constituem atrativos capazes de atrair o turismo regional e uma parte da crescente demanda internacional por este tipo de turismo.

O presente Projeto desenvolveu ações em seis parques estaduais que apresentam potencial para o ecoturismo, mas que até a sua preparação não estava suficientemente desenvolvido. Cinco deles estão no Vale do Ribeira: Carlos Botelho, Intervales, Turístico do Alto Ribeira, Caverna do Diabo e Ilha do Cardoso. O sexto está no Litoral Norte Paulista: Ilhabela. Os critérios utilizados para a seleção destes parques foram: (i) riqueza do patrimônio natural da região; (ii) potencial para contribuir na melhoria da situação socioeconômica regional; e (iii) capacidade para servir como estudo de caso de medidas para o planejamento, manejo e controle da atividade ecoturística. Juntos, estes parques cobrem uma extensão ao redor de 205.261 hectares.

Os parques selecionados atraíam na ocasião em torno de 170.000 visitantes por ano, boa parte dos quais eram grupos escolares em passeios para a difusão da educação ambiental. Os grupos de férias constituem uma demanda espontânea, uma vez que não existiam mecanismos de promoção, com forte concentração nos feriados prolongados e nos períodos de férias. Não existe histórico sobre as receitas geradas tanto pela cobrança de entradas como pela prestação de serviços turísticos.

Em vista da superfície relativamente extensa que cobrem os parques estaduais participantes do Projeto, e pelo fato de que os investimentos previstos se concentrarão em zonas pontuais (“núcleos”), a área de influência direta do Projeto se restringe às zonas de investimento e às respectivas áreas de amortização quando estas se encontrarem em áreas limítrofes dos parques.

A área de influência indireta está definida como o território dos Municípios onde estão localizados os parques, onde se espera que os investimentos do Projeto tenha um efeito multiplicador da receita econômica. No Vale do Ribeira, a área de influência indireta do Projeto cobre 30% da superfície dos 13 municípios adjacentes. No Litoral Norte Paulista, a área de influência indireta do Projeto abarca a totalidade do Município de Ilhabela, dado que o Parque cobre 80% da superfície do mesmo.

b. Descrição do Projeto

i. Objetivos de Desenvolvimento

O Projeto tem como propósito organizar as unidades de conservação da natureza como produtos turísticos para atrair, reter e satisfazer um mercado diversificado de visitantes, visando consolidar a vocação do turismo sustentável na área de influência do Projeto, como estratégia de conservação da Mata Atlântica e em apoio ao desenvolvimento socioeconômico da região.

Os objetivos específicos do Projeto são: (i) melhorar os equipamentos turísticos e a organização dos parques estaduais para a gestão do ecoturismo; (ii) organizar e consolidar o produto turístico na área de influência direta do Projeto; e (iii) fortalecer a capacidade de gestão do ecoturismo na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) e nos parques participantes no Projeto.

ii. Componentes

Componente 1: Investimentos nos Parques Estaduais

Revitalização e construção da infraestrutura turística em seis parques estaduais do Estado de São Paulo: Parque Estadual Carlos Botelho (PECB); Parque Estadual Intervales (PEI); Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR); Parque Estadual Jacupiranga (PEJ); Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) e Parque Estadual de Ilhabela (PEIb). Posteriormente, em 2008, o Parque Jacupiranga transformou-se em um Mosaico e somente uma parte dele, o Parque Estadual da Caverna do Diabo (PECD), faz agora parte do Projeto.

As atividades financiadas com recursos do Projeto incluem: a elaboração de projetos executivos de arquitetura e complementares, a execução das obras tais como alojamento, restaurantes, centros de visitantes, sedes administrativas e diversas obras menores para a implementação das atrações turísticas dos parques - estudos para implantação do sistema de trilhas e planos de contingências.

Os serviços capazes de gerar receitas, que constituem “unidades de negócios”, serão objeto de participação do setor privado.

Componente 2: Desenvolvimento e promoção do produto turístico da área de influência do Projeto

Financiamento das atividades de assistência técnica e treinamento destinados às comunidades; aos micro, pequenos e médios empresários turísticos, e aos municípios da zona de influência dos parques para fomentar sua participação nos benefícios do Projeto e elaboração de um Plano de Marketing responsável.

Componente 3: Fortalecimento da capacidade de gestão do ecoturismo na Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e nos parques e insumos para uma estratégia de longo prazo.

Estabelecimento de núcleo de apoio, contratação de pessoal, proposta de tarifas, acordo com a Secretaria de Turismo, execução de cursos, adoção de sistema de informação, contratação de unidades de negócios, entre outras atividades de fortalecimento.

III. Resultados

a. Efeitos Diretos

ALCANCE DO (S) OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO (OD)	
Objetivo(s) de Desenvolvimento (Propósito):	
1. Consolidar a vocação do turismo sustentável na área de influência do Projeto, como estratégia de conservação da Mata Atlântica e em apoio ao desenvolvimento sócio econômico da região.	
Indicadores Chaves de Efeitos Diretos	
Efeitos Diretos Planejados:	Efeitos Diretos Obtidos
1.1 Emprego direto no setor turístico, nos 13 municípios da área de influência do Projeto no Vale do Ribeira, aumentando para 2,01% a partir de 1,34% em 2005	1.1 O emprego direto nos 13 municípios do Vale do Ribeira caiu para 1,02% em 2010, de acordo com o Censo do IBGE. [Classificação: I]
1.2 Empresas turísticas que operam na região de influência do Projeto no Vale do Ribeira aumentando para 1013 empresas a partir de 681 empresas em 2005	1.2 O número de empresas na realidade diminuiu para 638 em 2010, nos 13 municípios da área de influência do Projeto. [Classificação: I]
1.3 Receitas auferidas pela visitação pública nos seis Parques do Projeto aumentando para 400.000 a partir de 277.517,46 em 2005	1.3 A receita aumentou para R\$667.359,61 no ano de 2012. [Classificação: MP]
1.4 Instrumentos normativos de inserção do ecoturismo como ferramenta de gestão nas UCs do Estado de SP, publicados indo pelo menos para 1,0 instrumento.	1.4 Foram obtidos 10 instrumentos normativos. [Classificação: MP]
1.5 % de parques estaduais com planos de uso público aprovados indo de 0,0% para 20,0%	1.5 Atingidos 37,8 % dos parques, superando a meta pretendida. [Classificação: MP]
2. Organizar e consolidar as unidades de conservação da natureza como produtos turísticos	

Indicadores Chaves de Efeitos Diretos:	
<p><u>Efeitos Diretos Planejados:</u></p> <p>2.1 300.000 visitantes por ano aos seis Parques do Projeto;</p> <p>2.2 0,01% da superfície territorial total do Estado de São Paulo com zonas terrestres e marinhas efetivamente protegidas, através de uma melhor gestão das áreas dos seis parques;</p> <p>2.3 Receita média auferida pelos Parques Estaduais Intervalles, Caverna do Diabo, Ilha do Cardoso e Turístico do Alto Ribeira, por visitantes, por ano de R\$6,00.</p> <p>2.4 Aumenta a participação das mulheres nos Conselhos Consultivos dos Parques de 30% a 50%.</p>	<p><u>Efeitos Diretos Obtidos</u></p> <p>2.1 Número de visitantes aos seis Parques do Projeto (visitantes/ano): 170.000 (valor estimado para 2004); subiu até 198.839 (2012).[Classificação: P]</p> <p>2.2 Superfície territorial total do Estado de São Paulo com zonas terrestres e marinhas efetivamente protegidas (%): (2004); 0,008% (2011);[Classificação: P]</p> <p>2.3 Receita Média auferida pelos parques (R\$/visitante/ano): 4,18 (2004) passou a 6,38 (2012).[Classificação: MP]</p> <p>2.4 A participação feminina evoluiu de 26% em 2002 para 31% em 2012, passando por um máximo de 36% em 2004 e um mínimo de 20% em 2009. [Classificação: P]</p>
Reformulação. N/A – Não houve reformulação do projeto	
PMR Retrofitting. Os objetivos não foram mudados. No entanto houve mudança de indicador, como é o caso do 2.3 e o abandono de alguns outros, conforme abaixo detalhado.	
Resumo do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento Classificação(OD):	
<input type="checkbox"/> Muito Provável(MP) <input checked="" type="checkbox"/> Provável (P) <input type="checkbox"/> Pouco Provável (LP) <input type="checkbox"/> Improvável (I)	
<p>Justificativa da classificação de OD:</p> <p>Embora os indicadores 1.1, 1.2, 2.1 não tenham sido atingidos, o Projeto tem características de um empreendimento que está tomando momento em sua fase final e os órgãos envolvidos estão agora mais preparados e engajados do que no seu início, o que permite prever que esses indicadores melhorarão nos próximos anos. O fato de o Executor ter de fazer com o BID uma avaliação Ex Post dentro de 5 anos, prazo esse bastante elevado pois é suficiente para executar praticamente outro projeto de igual magnitude, também é um elemento importante para dar a perspectiva de melhora desses indicadores.</p> <p>Também interessante observar que, com relação ao indicador 2.1, nele não estão computados, por falta de observação 24 horas por dia, o número de pessoas que passam pela Estrada da Macaca, em Carlos Botelho, sabendo-se, no entanto, que cerca de 80.000 pessoas por lá passaram em 2012.</p> <p>Vale notar que os investimentos do projeto e, porém, indiretamente os seus resultados e impactos, foram afetados significativamente por mudanças na taxa de cambio durante o prazo de execução (ver Fator Crítico, pag. 11).</p>	
<p>Contribuição à Estratégia de País:</p> <p>O projeto foi acolhido pelo Banco porque respondia a sua estratégia GN-2327-1 ao procurar promover o crescimento com estabilidade e ambientalmente sustentável, através de melhorias na infraestrutura turística, abrindo oportunidades de participação público-privada no investimento. A Estratégia identifica o investimento no turismo como um elemento importante para cumprir este objetivo ao definir entre as prioridades de ação o apoio a projetos de turismo –entre eles o ecoturismo, turismo de aventura e turismo cultural- focados no aumento da demanda internacional e indiretamente no mercado nacional, com ênfase na gestão de turismo em nível local, a capacitação e a preservação do patrimônio natural e cultural.</p>	

Comentários sobre os Efeitos Diretos Resumidos Acima:

Observou-se uma diminuição do total da população dos 13 municípios que estão no Vale do Ribeira, apresentando maior perda Apiaí, Guapiara, Iporanga, Sete Barras e Tapiraí. Apresentaram crescimento populacional, no entanto, Eldorado e São Miguel Arcanjo. O número de empregos no setor turístico caiu expressivamente para o conjunto desses municípios. Exceção deve ser feita para Cananéia, Capão Bonito, Ribeirão Grande e Tapiraí, que tiveram crescimento bastante expressivo

desse número de empregos. Interessante, também, comentar que houve uma diminuição do número de empresas turísticas para o conjunto dos municípios da área de influência do Projeto, principalmente nos municípios de Cananéia, Capão Bonito, Guapiara, Iporanga, Ribeirão Grande, São Miguel Arcanjo e Sete Barras. No entanto, houve expressivo crescimento do número de empresas em Apiaí, Barra do Turvo, Cajati, Eldorado, Jacupiranga e Tapiraí. Esse apresenta uma relação complexa entre o número de habitantes, número de pessoas trabalhando no setor e número de empresas por município.

Respeito ao indicador 2.1, o número de visitantes aos parques é bem maior do que o apresentado acima. Apresenta um subestimado porque Ilhabela ainda não tem controle sobre a entrada do parque, por se tratar de uma ilha que tem acesso por todos os seus lados e pelo fato da estrada existente servir ao DER e ao Município e não somente ao Parque.

Foi necessária a substituição do indicador de resultado 2.3 que, anteriormente, tratava do gasto médio dos visitantes nos locais dos parques. A substituição foi feita, durante uma visita técnica em 23 e 24/11/2011, em decorrência de não haver informações disponíveis sobre os critérios ou dados utilizados para calcular o valor base do indicador original (R\$70 em 2004) e não foi possível inferir o valor base a partir dos dados existentes.

Quanto ao assunto da melhora da gestão do manejo ambiental medido pela diminuição do número de infrações é importante esclarecer o que se segue. A informação sobre as infrações ambientais são coletadas por município e não por parque o que inviabilizou a utilização desse indicador como se pretendia no início e foi previsto no Marco Lógico. No entanto, o futuro geo-referenciamento das infrações resolverá esse problema.

Os demais indicadores do Marco Lógico (ver Anexo 2), alterado pelo Marco de Resultados na Missão Intermediária, em função da não disponibilidade das informações para comparar com a linha de base, foram abandonados, ficando a UCP trabalhando somente com os indicadores constantes daquela ocasião para frente no PMR, conforme acordado na Ajuda Memória da Visita Técnica de Acompanhamento de 12 e 13 de julho de 2011 (item 10).

b. Externalidades

Impactos Positivos.

Houve uma importante mudança de mentalidade com relação aos parques do Estado de São Paulo, que anteriormente eram tratados mais como centros de pesquisa do que locais para visitação. Essa mudança foi originalmente embasada na Lei federal nº 9.985, de 2000, relativa ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que define o que se pode fazer dentro de um parque. Posteriormente, um decreto estadual de 2006 (Decreto Estadual 51453/2006, que cria o Sistema Estadual de Florestas) reiterou a possibilidade de outras atividades, além da de pesquisa, o que corroborou as atividades voltadas à visitação. O Projeto surgiu dentro desse momento de mudança e proporcionou a oportunidade de fortalecer a utilização dos parques para o turismo ecológico. Deu a essas atividades recursos que lhe darão mais “músculos” para ser cotejado com outras atividades alternativas, podendo ser considerada a concreção da mudança de mentalidade aludida.

A abertura dos parques à visitação turística, aliada a criação de atividades econômicas no seu entorno, que é um dos motes do Projeto, provoca dois efeitos positivos simultâneos: a presença dos turistas, que inibe a exploração ilegal de palmitos, fauna e flora, e de madeiras e aumenta a renda do parque e, concomitantemente, as atividades econômicas do entorno permitem que as pessoas que exerciam atividades ilegais, por falta de oportunidade, tenham uma alternativa efetiva e válida. Assim se aumenta a proteção ambiental de maneira mais sustentável.

A contratação de pessoal local para a execução do Projeto já teve um bom impacto na área de sua implantação, criando novas oportunidades de empregos. Registra-se que, em função do aprendizado recebido e das atividades ecoturísticas desenvolvidas, alguns Monitores Ambientais passaram a frequentar faculdades de biologia, interessados em se aprofundar ainda mais nessa área.

Outro aspecto que permitiu aumentar o interesse nos parques foi adaptá-los para receber todo tipo de visitante e não somente os acostumados ao turismo de aventura. Isso está sendo conseguido a partir da execução de estruturas em trilhas e atrativos passíveis de serem visitadas por um maior público de turistas. Espera-se que gradativamente isso promova a diversificação do perfil de visitantes e que qualquer pessoa que vá ao parque possa encontrar atividades acessíveis ao seu perfil.

Durante a execução do Projeto, internamente ao ambiente da SMA, ele serviu de referência para a atuação de gestores de outros parques que não eram parte do Projeto, promovendo indiretamente capacitação, provocada por esse intercâmbio de experiências. Esse foi o caso do Parque do Rio Turvo que usou o modelo de exposição do Projeto para a realização do seu Centro de Visitantes. A gerência criada dentro da FF (anteriormente de Visitação Pública e Ecoturismo e atual Núcleo de Novos Negócios e Parcerias para a Sustentabilidade) estendeu a todas as suas demais unidades de conservação as capacitações e resultados obtidos pelo Projeto, o que espalhou para todo o Estado os benefícios dessa mudança de mentalidade e tornou-a realidade num nível mais amplo que o originalmente estimado. O Projeto BID Serra do Mar também irá adotar a identidade visual das exposições temáticas para os parques que o integram.

O aspecto de ser um projeto que representava uma visão nova de como administrar os parques com uso do ecoturismo como fonte de conservação ambiental, atraiu para ele profissionais que se interessavam pelo tema inovador no Estado de São Paulo, o que teve um impacto positivo sobre o Projeto. Durante o Seminário de Encerramento do Projeto, houve relato de empresas que, interessadas em prestar os serviços necessários ao Projeto, reuniram-se para tanto, agregando conhecimento e desenvolvendo novas técnicas. Sem dúvida, a criação dessa expertise também representa um impacto positivo sobre o Estado e não somente sobre o Projeto.

A criação de conhecimento nacional na área de concepção de projetos de execução de trilhas, de iluminação de cavernas, de planos de contingências, em função da necessidade de execução desses trabalhos, foi, sem dúvida, uma colaboração interessante do Projeto.

No que concerne à área de influência do Projeto cumpre destacar a criação da Câmara Técnica de Ilhabela dentro do Conselho Gestor do Parque, que foi criado para acompanhar as ações do Projeto de Ecoturismo e resultou numa integração maior dos parceiros e deu destaque ao ecoturismo, em acréscimo ao turismo que, anteriormente, se destinava mais às praias. Atualmente, a Câmara Técnica atua também dentro do Conselho Municipal de Turismo.

Impactos Negativos.

Não se registraram grandes impactos negativos da execução do Projeto sobre o seu entorno. No entanto, pode-se mencionar que ele gerou alguma insegurança na população local, principalmente em relação à questão da terceirização dos serviços turísticos, por receio de que fossem introduzidas no processo empresas de fora da área de influência dos Parques, que substituíssem a mão de obra e os empreendedores locais, que têm menos condições formais para participar em licitações desse tipo, muitas vezes mesmo pela dificuldade de apresentar a documentação exigida.

A demora na execução das atividades do projeto entre as oficinas participativas e a implantação dos projetos e capacitações, gerou uma visão negativa perante as comunidades do entorno, criando durante algum tempo uma frustração que foi gradativamente sendo superada. O cancelamento de algumas linhas de investimentos também gerou um impacto negativo.

c. Produtos

PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)		
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
1. Componente 1 <i>Investimentos nos parques estaduais.</i> Custo total do Componente: USD 10.344.000 BID: USD 7.412.000 Contraparte: USD 2.932.000 Desembolso BID: 89,29 % <u>Classificação:</u> , S, I	<u>Produtos Planejados</u>	<u>Produtos Obtidos</u>
	1.1 Realização de 7 Projetos executivos. (Ver informações adicionais no Anexo 1.)	1.1 Projetos executivos realizados: 6. (Ver Anexo 1 para detalhes.)
	1.2 Execução de 20 Obras para a Visitação Turística nos parques. (Ver informações adicionais no Anexo 1.)	1.2 Obras para a Visitação Turística nos parques executadas: 14 completas, 3 parcialmente. (Ver detalhes das obras executadas no Anexo 1 e justificativas abaixo neste quadro.)
	1.3 Conclusão de 4 Estudos de consultoria. (Ver informações adicionais no Anexo 1.)	1.3 Concluídos 4 Estudos de consultoria (Ver detalhes no Anexo 1)
	Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais. A obra de revitalização da sede 1 de Ribeirão Grande-PEI consistirá somente da Pousada Lontra e não se executará a Pousada Mono Carvoeiro. A obra de revitalização do píer do núcleo Perequê – PEIC, não foi realizada, porque o projeto executivo demorou demasiadamente para ser concluído e o custo estimado da obra resultou excessivo. A empresa que estava executando a obra do núcleo Sete Barras teve de parar para correção do projeto executivo e sua retomada não foi mais possível por aumento de custos. Mudou-se a prioridade para obras em Intervalos, dado o maior fluxo de visitantes. As obras de estrutura de apoio aos visitantes da estrada de Castelhanos, que serão aprovadas e executadas pelo DER/SP. Essas obras saíram do Projeto pelas condições de acesso e dificuldades de transportar os materiais na estrada e pela sua complexidade, tratando-se de via utilizada pelo parque e outros usuários. Por essa razão a execução das obras da estrutura de apoio foi passada para aquele departamento.	
Reestruturação. N/A – não houve reestruturação		
2. Componente 2 <i>Produto Turístico na Área de Influência dos Parques</i> Custo Total do Componente: USD 2.225.000 BID: USD 898.000 Contraparte: USD 1.327.000 Desembolso BID: 99,95 %	<u>Produtos Planejados</u>	<u>Produtos Obtidos</u>
	1.1 Realização de 3 Oficinas de Planejamento. (Ver informações adicionais no Anexo 1.)	1.1 Oficinas de Planejamento realizadas: 3.
	1.2 Estruturação de 18 Unidades de Negócios.	1.2 Estruturação das Unidades de Negócios realizada: 18.
	1.3 Realização de 1 Plano de Marketing Turístico.	1.3 Plano de Marketing Turístico realizado: 1.
	1.4 Realização de 10 Cursos de capacitação em 10 temas de no mínimo 150 pessoas das	1.4 Cursos de Capacitações Comunitárias realizadas: 10.

Classificação: S	<p>comunidades da área de influência do Projeto.</p> <p>1.5 Realização de 8 Fóruns para estruturação da entidade articuladora da cadeia produtiva do ecoturismo.</p> <p>1.6 Realização de 1 Curso de capacitação a Municípios.</p>	<p>(Detalhes no Anexo 1.)</p> <p>1.5 Realizados os 8 Fóruns.</p> <p>(Detalhes no Anexo 1.)</p> <p>1.6 Curso de capacitação a Municípios realizado: 1.</p>
-------------------------	--	---

Explique brevemente diferenças entre produtos planejados e atuais.

Quanto ao Produto 1.5, cabe notar que foram constituídos 6 Grupos de Trabalho da cadeia produtiva do turismo ao invés de estruturar 6 entidades articuladoras porque os membros optaram por não criar novas instituições jurídicas, mas continuam se reunindo e organizando ações na área de influência dos parques.

Reestruturação.

O Componente 2 foi alterado na reunião de acompanhamento técnico administrativo de 18 de março de 2008, em função das demandas reais das comunidades locais. A estrutura aprovada visa ajustar as atividades do projeto conforme os resultados dos 6 seminários regionais, quanto às demandas identificadas e ao planejamento das ações de treinamento, capacitação e assistência técnica, vinculando eles com as ações já em curso. Esta reestruturação não impactou os produtos principais do Componente, mas afeitou o enfoque e conteúdo dos mesmos.

Alguns integrantes da UCP submeteram artigo sobre as capacitações comunitárias e apresentaram um relato de experiências no Congresso de Ecoturismo de 2011, recebendo o prêmio de melhor relato.

3. Componente 3	<u>Produtos Planejados</u>	<u>Produtos Obtidos</u>
<p><i>Gestão do Ecoturismo na Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e nos Parques.</i></p> <p>Custo Total do Componente: USD 658.000</p> <p>Contraparte: USD 658.000</p> <p>Desembolso BID: N/A</p> <p>Classificação: S</p>	<p>1.1. Fortalecimento da Capacidade de Gestão do Ecoturismo na Secretaria do Meio Ambiente (SMA) (Ver Anexo 1 para detalhes).</p> <p>1.2. Fortalecimento (28) da Capacidade de Gestão do Ecoturismo nos Parques. (Ver Anexo 1 para detalhes)</p>	<p>1.1. Os 4 objetivos foram atingidos. Ver detalhes no Anexo 1.</p> <p>1.2. Capacidade de Gestão do Ecoturismo nos Parques fortalecida: 9.</p> <p>(Nem todos objetivos foram atingidos. Ver detalhes no Anexo 1 e justificativas abaixo neste quadro.)</p>

Explique brevemente diferenças entre produtos planejados e atuais.

O sistema de informação administração e gestão nos Parques não foi contratado e a FF está empenhada em implantar um sistema para a gestão da visitação desses parques (bilheteria, reservas). Foram estabelecidas 3 unidades de negócios preparadas para a terceirização. Uma delas é objeto de Autorização de Uso Precário (gestão privada), estando outras duas sendo licitadas para outorgas de permissão de uso. Foram estabelecidas 3 unidades de negócios preparadas para a terceirização. Uma delas é objeto de Autorização de Uso Precário (gestão privada), estando outras duas sendo licitadas para outorgas de permissão de uso. As demais ainda estão em construção ou em início de licitação.

Resumo do Progresso de Implementação – Classificação:

[] Muito Satisfatório (MS) [S] Satisfatório (S) [] Insatisfatório (I) [] Muito Insatisfatório (MI)

d. Custos do Projeto

Os investimentos realizados estão resumidos embaixo e detalhados no Anexo 1 a este PCR.

Custo Total Projeto – Planejado (US\$000)				Custo Total do Projeto - Atual (US\$000)			% Diferença
Categoria de Investimento	Orçamento Original			Orçamento Vigente			Diferença
Categoria / Instituição	BID	Local	Total	BID	Local	Total	(%)
ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO	530	643	1.173	580	643	1.223	4,26
UCP	110	643	753	116	643	759	0,73
Supervisão de Obras	420	-	420	464	-	464	10,59
CUSTOS DIRETOS	7.557	4.917	12.474	8.310	4.917	13.227	6,04
Investimentos nos Parques Estaduais	7.257	2.932	10.189	7.412	2.932	10.344	1,52
Produto Turístico Fora dos Parques	252	1.327	1.579	898	1.327	2.225	40,91
Fortalecimento da Capacidade de Gestão	48	658	706	-	658	658	-6,80
CUSTOS CONCORRENTES	110	100	210	110	100	210	0,00
Auditoria	110	-	110	110	-	110	0,00
Monitoramento	-	100	100	-	100	100	0,00
SEM ALOCAÇÃO ESPECÍFICA	803	-	803	-	-	-	
Imprevistos	803	-	803	-	-	-	
CUSTOS FINANCEIROS	-	340	340	-	340	340	0,00
Juros	-	300	300	-	300	300	0,00
Comissão de Compromisso	-	40	40	-	40	40	0,00
TOTAL	9.000	6.000	15.000	9.000	6.000	15.000	0,00
<p>Explique brevemente diferenças:</p> <p>Os investimentos do Componente 1 resultaram maiores do que os orçados originalmente e mesmo do que os constantes no Orçamento Vigente. A causa desse aumento foi a necessidade de replanilhar os preços em decorrência do aquecimento do mercado de construção civil e a localização/porte das obras. Algumas licitações deram desertas ou fracassaram por essas razões.</p> <p>Para o Componente 2, houve alteração de fonte financeira na visita técnica de novembro de 2008, passando o BID a financiar uma parcela maior do que a inicialmente prevista. Como foi mantido o valor da contrapartida, os recursos alocados no orçamento vigente foram excessivos.</p> <p>Os gastos de contrapartida foram 21% mais altos que os orçados, devendo-se isso basicamente aos gastos com monitoramento, com comissão de compromisso e com investimentos no Componente 1.</p>							

O orçamento inicial do gerenciamento de obras, que aparece no Anexo A do Contrato de Empréstimo, foi superado por ocasião da licitação que contratou a empresa inicialmente encarregada desses serviços.

Posteriormente, essa atividade de gerenciamento passou a ser exercida pelo Centro de Engenharia da SMA porque o contrato da empresa havia sido concluído e ainda havia serviços a serem realizados, não havendo, no entanto, mais recursos do BID para aplicar. Esse Centro de Engenharia se dedica a todos os trabalhos executados na SMA e não somente as do Projeto, sendo que o seu custo não está computado como contrapartida.

IV. Implementação do Projeto

a. **Análise de Fatores Críticos**

O primeiro fator crítico que atuou negativamente neste Projeto foi o seu lento arranque e, posteriormente, um baixo ritmo de desembolso. Por essas razões esta operação no decorrer de sua execução chegou a ser classificada como Problema. Com um financiamento de US\$9 milhões e 4 anos de execução, o projeto foi aprovado em 09 de Novembro de 2005 e conseguiu a elegibilidade 166 dias depois (28 de agosto de 2006). No entanto, o primeiro desembolso somente ocorreu em 2008, tendo havido em 2007 unicamente o adiantamento de 5% do montante financiado.

Este atraso ocorreu devido a uma demora significativa na estruturação/contratação dos grupos assessores da UCP e um planejamento de aquisições que implicou que os primeiros contratos (as consultorias iniciais) eram todos financiados com recursos do Estado (como financiamento do BID focado em obras). Embora a UCP fosse constituída por pessoal da própria SMA, houve necessidade de contratar especialistas para os grupos assessores e a elaboração dos termos de referência e o processo de contratação desses profissionais tomaram bastante tempo. A mudança de governo nas eleições de 2006 também causou uma certa paralisação de atividades, justamente no começo do projeto, quando ele ainda não tinha dinâmica para seguir em frente.

Assim sendo, foi investido o equivalente a US\$701.155,00 em contrapartida até 2007, antes de começar a investir os recursos provenientes do BID, e nos anos seguintes houve um ritmo de desembolso diferente do inicialmente programado:

Calendário de Investimentos por Fonte (USD)						
Anos	Vigente US\$ (*)			Contratado		
	BID	LOCAL	TOTAL	%	US\$	%
2005/2007	-	701.155	701.155	5	10.165.000	68
2008	874.928	279.030	1.153.958	7	3.362.000	22
2009	1.088.664	1.182.097	2.270.761	15	1.473.000	10
2010	2.543.625	2.315.304	4.858.929	31		
2011	1.428.534	1.735.250	3.163.784	20		
2012	2.246.368	1.171.719	3.418.087	22		
TOTAL	8.182.119	7.384.555	15.566.674	100	15.000.000	100
(*) Fonte: dados fornecidos pela UCP para 31/12/2012						

Com uma extensão de prazos, o projeto, ao fim de 2010 (121% do tempo de execução aprovado), obteve um desembolso cumulativo de US\$4,507 milhões (50,08%), com melhorias no ritmo de execução. De fato no 4º e 5º ano de execução logrou-se investir bastante recurso BID no Componente 1; componente este que demandou menos recursos em 2011, reduzindo os valores totais do 6º ano do Projeto. No início de 2011, o projeto foi formalmente prorrogado até o dia 23 de dezembro de 2012 (equivalente a uma extensão de 34 meses), e re-planejado, resultando em uma execução de mais US\$1,428 milhões em 2011.

Outro fator crítico foi a variação da cotação do dólar americano em Reais. Na época da elaboração do projeto a cotação estava a US\$1.00=R\$3,00. Já na ocasião da assinatura do contrato havia caído para US\$1.00=R\$2,10. Durante a execução chegou a R\$1,70. Isso provocou cortes de investimentos, que não poderiam ser feitos a menos que se conseguisse mais contrapartida. Quando essa cotação subiu novamente, já não havia tempo hábil para gastar os recursos adicionais em obras nem consultorias, que demandam licitações mais complexas. Somente se conseguiu utilizar os recursos financeiros para comprar equipamentos.

Infelizmente, parte das licitações, realizadas nos últimos dias do Projeto, foi fracassada, havendo ofertas de equipamentos por preços bem acima dos estimados devido a proximidade do final do ano, quando os fornecedores têm um mercado bastante aquecido ao seu alcance e não se interessam por abaixar seus preços. Isso impossibilitou o uso de parte dos recursos financeiros reservados para essa finalidade e cujo uso fora reprogramado, tendo em conta a variação favorável da cotação do dólar americano na ocasião.

As reorganizações estruturais da SMA e de outros órgãos também representaram dificuldades que foram enfrentadas, mais graves em 2006, conforme já relatado neste documento, e em 2011, quando houve mudança de governança na SMA e mesmo na UCP.

Além disso, tempo razoável foi tomado para se chegar a um consenso quanto aos modelos de editais e contratos a serem adotados pelo Projeto, tendo havido, em muitas ocasiões, discordância entre o pessoal do BID que acompanhava o Projeto e os procuradores da Consultoria Jurídica da SMA. Em que pese à concordância do Estado de São Paulo em adotar as políticas e normas do Banco para financiamento com os recursos dali provenientes, em diversas ocasiões, durante as tramitações dos processos pela Consultoria Jurídica da SMA, os pareceres solicitaram alterações dos modelos do BID para resguardar a Administração de possíveis apontamentos negativos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no que se refere a posicionamentos pacificados de tal Corte sobre assuntos relativos a processos de seleção. Ainda, alguns apontamentos da Consultoria Jurídica da SMA foram pertinentes à redação dos modelos fornecidos pelo BID, que, em alguns pontos, apresentou-se dúvida, o que causou lentidão durante o acompanhamento de alguns contratos.

Outros aspectos que causaram dificuldades nas contratações foram: a mudança de pessoal havida na UCP, que em alguns casos perdeu pessoal treinado para fazer as aquisições de acordo com as políticas de aquisições do Banco; as mudanças de modelos de editais ao longo da execução do Projeto; e mesmo o perfil profissional da equipe que não podia ser tão eclético quanto exigido pelos diversos tipos de trabalhos realizados.

Considerando-se que o maior desembolso do Projeto referia-se a obras, muito embora seus principais propósitos estivessem mais relacionados aos outros componentes, e à vista da falta de recursos humanos nessa área, foi contratada uma empresa gerenciadora para acompanhar tais obras. Todavia, como nem todas as obras puderam ser contratadas a tempo de poderem ser acompanhadas pela empresa gerenciadora, esta função foi assumida pelo Centro de Engenharia da SMA. Como já mencionado, este Centro é encarregado do acompanhamento de todas as obras da SMA, e não apenas as executadas no âmbito do Projeto. Esta ausência de técnicos nessa área, em número suficiente, inviabilizou um melhor desempenho na elaboração de termos de referência, na supervisão de obras, etc.

Um outro ponto crítico foi que o mercado brasileiro tinha muito poucas empresas que atendessem às necessidades dos serviços a serem feitos pela UCP, como o estudo e projeto de implantação de trilhas, de plano de emergência das unidades de conservação, e da iluminação de cavernas. Isso criou dificuldades que tomaram tempo para ser resolvidas. Entre essas dificuldades pode-se apontar inclusive a estimativa dos custos para subsidiar as licitações desses trabalhos. Outro ponto foi o desinteresse das empresas internacionais nas licitações realizadas.

Outro fator negativo na implementação do Projeto foi o embargo das cavernas pelo IBAMA ocorrido em fevereiro de 2008, por falta de um Plano de Manejo Espeleológico (controle de visitação). Esse evento ainda não está superado, uma vez que está em processo de acerto entre as partes. Foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que limita o número de visitantes por dia nas cavernas, o que permitiu reiniciar a visitação. No entanto, em relação ao que se espera adotar nos Planos de Manejo das 32 cavernas que estão em exame no CECAV, o TAC limitou de 6.034 para 2.848 o número de visitantes/dia. Ademais, esse embargo fez com que as cavernas ficassem fechadas por três meses o que afetou a economia no entorno dos parques, que dependiam do turismo. (O Anexo 1 apresentada a capacidade de carga permitida de cada uma das cavernas.)

b. Desempenho do Mutuário/Agência Executora

A UCP e os demais órgãos integrantes da SMA se ajudaram mutuamente na absorção dos procedimentos do BID para poder desempenhar todos os trabalhos relativos ao Projeto. Mesmo nos casos em que existiram divergências de interpretação de como realizar as licitações, ocorrido com a Consultoria Jurídica da SMA, o diálogo construtivo proporcionou a solução dessas dúvidas.

Alguns dos treinamentos feitos para capacitar esse pessoal foram perdidos pelo Projeto pela rotatividade do pessoal. No entanto, essa rotação tinha um efeito positivo em outras áreas da administração estadual para onde foram deslocadas essas pessoas. E houve um ganho para o pessoal da UCP pela diversidade de atividades que tiveram de exercer durante a execução do Projeto.

Desempenho do Mutuário/Agência Executora			
<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório(MI)

c. Desempenho do Banco

(Elaborado pelo Mutuário)

Em geral, o Banco colaborou assiduamente com a equipe da UCP, de forma a viabilizar o atingimento dos objetivos do Projeto.

Houve muito empenho e boa vontade por parte de todos os Chefes de Equipe do BID, responsáveis pelo acompanhamento do Projeto.

Todavia, a rotatividade desses chefes teve impacto sobre o Projeto, em razão dos atrasos decorrentes de ajustes naturais dessas mudanças.

Além disso, o Banco se mostrou um pouco rígido com relação aos modelos de editais e contratos, não aceitando, em algumas ocasiões, alterações que teriam impactos positivos sobre as contratações, sem afetar significativamente as suas Políticas de Aquisições.

Desempenho do Banco			
<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório(MI)

V. Sustentabilidade

a. Análise de Fatores Críticos

Os fatores críticos para o prosseguimento das ações de um Projeto como o presente, em geral, são o da manutenção das obras realizadas, da correta operação dos parques envolvidos, e da possível recuperação de custos dos investimentos realizados e dos gastos operacionais, para o que é imprescindível contar com um marco regulatório e político favorável.

O contrato de financiamento do Projeto, na medida em que estabeleceu a obrigação de haver uma gestão do turismo ecológico com participação privada, e de manutenção de todas as benfeitorias realizadas de responsabilidade do Estado, e em que corroborou com a promoção de estudos de tarifas para recuperação de custos, contribuiu para que fossem alcançadas essas condições de sustentabilidade, o que somente está se consolidando graças à vontade política do Estado que está proporcionando um marco regulatório favorável.

Percebe-se agora que aspectos relativos à manutenção de bens e dos empreendimentos resultantes das obras executadas, à própria configuração de como deveria ser a participação do setor privado nas parcerias, e ao momento de sua participação, bem como à preferência por uma arquitetura sustentável desses empreendimentos, poderiam ter sido temas desenvolvidos já no início do Projeto. Na realidade, tais questões foram discutidas, mas, na época, não foi possível estabelecer esses objetivos por serem ainda muito incipientes essas ideias no âmbito do executor e nem mesmo ser comum na prática dos projetos do Banco.

Em primeiro lugar, importante chamar a atenção que haverá “formalizações de parcerias para terceirização” do Uso de Bens Públicos, que preveem, inclusive, a realização de manutenções e eventuais obras. Para orientar esse trabalho, a FF elaborou uma matriz de sustentabilidade que estabelece as condições a serem seguidas para a viabilidade dos negócios. Entre as prioridades estão 10 unidades do Estado, número este que inclui as 6 que são objeto deste Projeto. A FF já está equacionando o problema da manutenção das obras e equipamentos adquiridos ao longo da execução do Projeto através da elaboração de normas para as concessões que prevejam essas atividades. Para aumentar o interesse nessas concessões, o governo apresentou um Projeto de lei que estabelece um período de concessão maior do que o atualmente vigente, que é de apenas 5 anos.

Existe uma política tarifária estabelecida a partir de estudos realizados em 2010 e que começou a ser implantada em 2012 (Portaria Normativa da Fundação Florestal Nº 166/2012), baseada numa análise das UCs que toma em consideração fatores como a atratividade (beleza cênica e nível de conservação do meio ambiente), quantidade de estruturas e serviços aos visitantes e a quantidade de atrativos na Unidade. As tarifas terão de ser corrigidas por algum índice que as mantenha suficientes para a sustentabilidade financeira da UC frente a eventuais aumentos de custos pela inflação. Elas serão arcadas pelos visitantes, mas não pelos moradores do entorno, segundo uma definição acertada.

Com relação à melhora do controle de acesso aos parques e da fiscalização das UCs, a ideia vigente é a de adotar os meios mais modernos disponíveis. Quanto especificamente ao controle de acesso, a ideia vigente é realizar a terceirização do serviço de cobrança de ingressos nas UC, com a implantação de um sistema informatizado e com vendas na internet, sistema este que proporcionará à FF a emissão de relatórios diários de receitas e maior controle da visitação. Para a fiscalização pensa-se em meios como o uso de aviões não tripulados, helicópteros, inclusive dentro do conceito do SIM – Sistema Integrado de Monitoramento.

Outro ponto que é importante chamar a atenção é o do envolvimento das populações locais que, inclusive, tiveram alguma sensação de insegurança na implementação do Projeto, como foi assinalado neste documento. Para tornar sustentável tal participação, o decreto de parcerias da FF nº 57401/2011 tem entre seus objetivos assegurar a participação, além das organizações privadas, das populações locais.

O marco político e regulatório é favorável a essas iniciativas, que compreendem também o estabelecimento de grupos de voluntariado como os Amigos do Verde, a melhora dos controles e dos planos de emergência e contingências para proteção das instalações e do pessoal que as está utilizando.

b. Riscos Potenciais

Grau de Participação do Setor Privado e das Municipalidades. A concepção do Projeto é a de que, para a sua sustentabilidade, esforços devem ser feitos tanto pelo setor público responsável pelos parques como também pela comunidade do entorno e pelo setor privado. Há, portanto um risco de seu desenvolvimento, uma vez que durante a sua execução ele não conseguiu sensibilizar efetivamente e completamente o setor privado para realizar uma promoção conjunta da área de abrangência. Ademais, poderia ocorrer dos serviços turísticos concessionados não serem

administrados eficientemente, com critérios comerciais e práticas financeiras, sociais e ambientais sustentáveis.

Houve efetivamente uma sensibilização das administrações municipais afetadas pelo Projeto e também de indivíduos e associações, a partir dos cursos por ele patrocinados, que conseguiram fazer chegar até àqueles treinados uma visão clara das oportunidades abertas para a execução inclusive de outros projetos. Esse é o caso, por exemplo, do município de São Miguel Arcanjo que, a partir do treinamento recebido e das participações nos Conselhos Consultivos, elaborou e tem em execução um projeto que visa ampliar o turismo rural, projeto este que vem se revelando bem sucedido.

O pessoal treinado e que está agora exercendo suas profissões, ou mantendo seus negócios baseados nesse treinamento, e os Conselhos existentes, são elementos essenciais à continuidade dos benefícios do projeto, principalmente em períodos como o presente em que há mudanças das administrações municipais e mesmo na administração dos parques. Os beneficiados pelo Projeto e os membros dos Conselhos serão elementos de pressão para que a orientação dada na execução do projeto se mantenha no futuro.

Com relação à eficiência dos serviços turísticos terceirizados, esse é um aspecto que vai depender bastante da forma como serão elaborados os editais de licitação. O que poderia ocorrer é o desinteresse da iniciativa privada em desenvolver os serviços com todas as exigências a serem feitas pelo poder público, o que será considerado pela FF em sua elaboração. Considera-se, portanto, que em decorrência do exposto, o risco inicialmente apontado pode ser considerado baixo, uma vez que a Fundação Florestal criou um Núcleo de Novos Negócios e Parcerias para a Sustentabilidade, que está justamente encarregado desse tema.

Efeito Demonstrativo do Projeto. Outro instrumento importantíssimo para a continuidade das ações e diminuição de riscos é a comunicação social, que deve ser amplamente usada para divulgar os resultados do Projeto, não como uma propaganda do que foi feito, mas como uma amostra do que a população pode usufruir com o que está agora disponível e o que as administrações poderão desfrutar a partir do prosseguimento de ações semelhantes às já adotadas. As próprias novas administrações terão grande benefício se forem informadas por meio do excelente material preparado para divulgação.

A divulgação dos aplicativos elaborados e a colocação de totens nas cidades, contendo os elementos de divulgação, aguçar a procura dos turistas pelos parques ou pelas atividades encorajadas pelo ecoturismo nos entornos, procura esta que será mais um elemento de pressão para manutenção do Projeto em funcionamento, tanto sobre o Governo do Estado, como sobre as autoridades municipais.

Sustentabilidade Financeria. Pode-se considerar que há sempre um risco fiduciário de que não se mantenham os níveis de financiamento público para os Parques Estaduais. Mas se considera também que esse risco seria de baixo impacto, uma vez que se espera que a maior parte dos recursos a serem utilizados venha das atividades que serão promovidas. Ademais, no que depender do Governo do Estado, mesmo no início de cada ano, ele pode fixar cotas mensais sem contingenciamento calculadas em 1/12 dos gastos anuais.

Gestão Pública e Governança. Outro risco seria de Gestão Pública e Governança, caso o pessoal dos Parques não conseguisse continuar a evolução em direção a uma gestão mais empresarial do potencial turístico dos Parques. Esse é um risco de baixa probabilidade de ocorrer, uma vez que há uma política estadual dentro da própria Fundação nesse sentido.

Classificação de Sustentabilidade (SU) :			
[] Muito Provável (MP)	[P] Provável (P)	[] Pouco Provável (PP)	[] Improvável (I)

c. Capacidade Institucional

A gestão dos Parques Estaduais em São Paulo, e o desenvolvimento do ecoturismo nos mesmos, estão sob a responsabilidade do Estado de São Paulo, o qual leva a cabo estas funções através do Instituto Florestal (IF) e do Instituto de Botânica, órgãos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e da Fundação Florestal (FF), entidade ligada à SMA. No cumprimento dessas funções, o Estado de São Paulo deve coordenar as ações de tais órgãos e entidades com a Secretaria Executiva do Turismo de Estado – responsável pela promoção do turismo em geral—e com o setor privado. O Estado de São Paulo promoveu um processo de organização sistemática de suas estruturas e procedimentos para atender este novo setor.

A gestão da visitação pública é controlada por uma unidade que era chamada de Gerência de Visitação Pública e Ecoturismo (criada em 2009) na FF e que agora passou a ser o Núcleo de Novos Negócios e Parcerias para a Sustentabilidade, como já mencionado. A ideia é realizar parcerias com a iniciativa privada e terceirização de trabalhos, já que há um convencimento da impossibilidade dos órgãos do Estado realizarem plenamente todas as tarefas previstas, que podem ser melhor desempenhadas pela iniciativa privada.

Além disso, importante registrar que cada Parque Estadual conta com um Conselho Consultivo presidido pelo órgão responsável da sua administração e composto por representantes dos organismos públicos, organizações da sociedade civil e representantes das populações tradicionais residentes, dentro dos parques ou nas zonas de amortização. E ainda, dentro dos Conselhos Consultivos, foram criadas Câmaras Técnicas para discussão específica do uso público e visitação, evidenciando a preocupação sobre o tema.

VI. Monitoramento e Avaliação

a. Informação sobre Resultados

Os dados colhidos para a avaliação do Projeto e utilizados neste PCR, segundo previsto no Marco Lógico, alguns foram obtidos pelo IBGE e outros pela Fundação Florestal.

A experiência adquirida durante a execução do Projeto mostrou que seria necessário eliminar alguns dos indicadores que se pensava ser possíveis de serem obtidos na preparação do Projeto, mas que na realidade se mostraram de muito difícil obtenção. Esse tema está discutido e explicado anteriormente neste documento.

b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post

A avaliação Ex Post deverá ser realizada 5 anos depois do último desembolso do contrato de acordo com a cláusula 4.06 das Disposições Especiais, o que ocorrerá em 23/02/2018. A previsão era de que a SMA contrataria, oportunamente, os serviços de consultoria para realizar essa avaliação de acordo com os procedimentos a serem definidos pelo Banco, para o que enviaria um rascunho dos termos de referência da avaliação para consideração do Banco, como parte da informação a ser apresentada na preparação da Avaliação de Meio Termo. Infelizmente isso ainda não foi realizado, mas poderá acontecer em prazo que pode ser definido por entendimento entre as partes.

Para a realização da Avaliação Ex Post, considera-se aconselhável manter os indicadores de desempenho que agora estão sendo monitorados e que terão 5 anos de história. A entidade responsável deverá ser a Fundação Florestal, uma vez que ela é a responsável pela administração dos parques hoje em dia. Para isso o Banco deverá retomar os contatos sobre o tema com a Fundação, uma vez que a SMA não estará mais à frente do processo.

VII. Lições Aprendidas

- **Equipe de Projeto.** Este Projeto reforça a percepção de que durante a fase de preparação e negociação é fundamental que o executor conceda efetiva prioridade à estruturação de uma equipe para a execução do Projeto e ao estabelecimento de práticas e rotinas que permitam, de fato, iniciar o Projeto no momento mesmo da assinatura do contrato de empréstimo.
- **Colaboração com a PGE.** Visando uma adequada execução e ainda durante a preparação do projeto, deve-se solicitar um acordo ou conformidade entre a Procuradoria Geral do Estado e o Órgão Executor sobre os procedimentos padrões que serão utilizados nas contratações e aquisições, atendendo as políticas correspondentes do BID. Nesse mesmo sentido, a participação da equipe jurídica do Executor na fase de preparação do Projeto deve ser um elemento facilitador da execução e evita problemas futuros.
- **Participantes de Visitas de Acompanhamento.** Nas missões de administração e visitas técnicas, especialmente durante o processo de revisão dos avanços, é importante a participação dos co-executores, dos Gestores dos Parques e representantes dos beneficiários, além dos técnicos da UCP e do órgão executor.
- **Fontes de Financiamento.** A mescla de fontes de financiamento pode causar dificuldades por problemas advindos da variação da taxa de câmbio e a utilização de financiamentos de moeda estrangeira para pagamentos de impostos. Neste caso, na preparação do Projeto e em seus manuais de procedimentos deverão ser discutidas e colocadas alternativas de ações para orientar o executor como agir na medida em que os problemas vão ocorrendo.
- **Conhecimento sobre e Comunicação com Comunidades Locais.** Ainda na fase de preparação do projeto, é importante analisar a base intelectual existente nos entornos dos Parques, para melhor colaborar com estas populações. A ausência de informação sobre essas populações pode criar desafios na sua integração, inclusive resistência e desconfiança. Para a integração dessas comunidades ao projeto, também é necessária uma atenção maior à boa comunicação com elas, através dos meios disponíveis em cada local, meios esses que podem ser bastante distintos de uma comunidade para outra.
- **Desenho Conforme da Realidade Local.** Para realmente abrir o projeto para diversos grupos (escolas, cidades e comunidades tradicionais), precisa-se tomar em conta a realidade de cada grupo. Exemplos de situações não antecipadas por falta de uma análise prévia dos grupos: alunos das escolas que não tem acesso às roupas básicas necessárias para uma visita segura; trabalhadores interessados e capazes de participar dos trabalhos sem a documentação formalizada; e cidadãos interessados em empreender negócios no contexto do Projeto, que não têm o conjunto de documentos exigidos.
- **Criação de Expectativas.** Deve haver muito cuidado com relação à transparência de prazos e detalhamento sobre os processos administrativos para que as expectativas de comunidades, instituições e pessoas locais não gerem frustrações para estes grupos, sendo que qualquer frustração pode acarretar ainda em oposição às ações quando concretizadas.
- **Atenção às Diferenças.** Quando o Projeto é como o presente em que havia parques com condições de exploração de turismo bem diferentes entre si, é crítico a consideração destas diferenças na preparação das ações que deverão ser empreendidas. É igualmente importante de manter esta diferenciação na fase de execução, para assegurar que os objetivos estabelecidos durante a preparação sejam plenamente atingidos.
- **Projetos Inovadores.** Em Projetos inovadores como o presente, deveria haver oportunidade planejada para um ajuste na programação durante a execução do projeto, para adaptá-los à realidade que vai sendo gradativamente melhor conhecida.

Anexos:

1. Evolução dos Indicadores e dos Quadros de Custo de Projeto por Componente e por Fonte de Financiamento (Planejado e Atual)
2. Marco Lógico
3. Relatório Final do Mutuário
4. Ata do Seminário de Encerramento
5. Apresentação da Avaliação no Seminário de Encerramento

ANEXO 1 – Evolução dos Indicadores e dos Investimentos Realizados.

Número de empregos no setor turístico no Vale do Ribeira						
Município	População 2000	População 2010	Variação Percentual (%)	Estabelecimen tos de Alojamento e Alimentação	Estabelecimen tos de Alojamento e Alimentação	Variação Percentual (%)
Apiaí	27162	25191	-7,26	359	152	-57,66
Barra do Turvo	8108	7729	-4,67	126	60	-52,38
Cajati	29227	28372	-2,93	553	297	-46,29
Cananéia	12298	12226	-0,59	275	428	55,64
Capão Bonito	46732	46178	-1,19	461	550	19,31
Eldorado	14134	14641	3,59	118	113	-4,24
Guapiara	19726	17998	-8,76	250	139	-44,40
Iporanga	4562	4299	-5,77	88	62	-29,55
Jacupiranga	17041	17208	0,98	335	284	-15,22
Ribeirão Grande	7390	7422	0,43	55	82	49,09
São Miguel Arcanjo	30798	31450	2,12	628	222	-64,65
Sete Barras	13908	13005	-6,49	151	120	-20,53
Tapiraí	8570	8012	-6,51	115	162	40,87
Total	239656	233731	-2,47	3514	2671	-23,99

(*) Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal

Alojamento e Alimentação

FONTE IBGE - Censos de 2000 e 2010

Número de empresas turísticas que operam na região de influência do Projeto			
MUNICÍPIO	2004	2010	Variação (%)
Apiaí	49	85	73,47
Barra do Turvo	18	32	77,78
Cajati	65	77	18,46
Cananéia	104	59	-43,27
Capão Bonito	122	89	-27,05
Eldorado	37	41	10,81
Guapiara	41	22	-46,34
Ilhabela	0	0	
Iporanga	18	15	-16,67
Jacupiranga	60	67	11,67
Ribeirão Grande	9	5	-44,44
São Miguel Arcanjo	86	69	-19,77
Sete Barras	33	32	-3,03
Tapiraí	39	45	15,38
Total	681	638	-6,31
Fonte: IBGE 2004 e 2010			
OBS: foram consideradas as empresas de alojamento e alimentação			

Receitas Auferidas				
Parque/Ano	2009	2010	2011	2012
PEIC	R\$ 1.390,99	R\$ 8.792,00	R\$ 5.277,00	R\$ 10.642,00
PEIb	R\$ 15.870,00	R\$ -	R\$ 160,00	R\$ 614,85
PECB	R\$ 6.813,00	R\$ 3.487,00	R\$ 9.147,93	R\$ 18.915,64
PETAR	R\$ 67.994,50	R\$ 136.948,80	R\$ 158.523,27	R\$ 166.218,90
PEI	R\$ 253.546,66	R\$ 233.707,07	R\$ 259.688,30	R\$ 332.332,82
PECD	R\$ 68.842,50	R\$ 105.098,49	R\$ 112.809,00	R\$ 138.635,40
Total Anos	R\$ 414.457,65	R\$ 488.033,36	R\$ 545.605,50	R\$ 667.359,61

Número de visitantes/ano							
Ano/ Parque	2004 (*)	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PEI	10000	9756	7098	7175	16083	15.778	16.718
PEIb	50000	22280	14756	35535	39106	54.606	83.972
PECB	10000	14175	16384	16288	32966	35.128	13.327
PECD	40000	27545	9198	24453	26162	26.871	27.143
PETAR	45000	25794	25155	21689	34980	36.856	37.301
PEIC	15000	40480	64756	23242	34280	27.000	20.378
Total anos	170000	142037	139355	128382	183577	196239	198839

(*) Visitação estimada

Observações:	Estas unidades deverão ter a capacidade de atrair, reter e satisfazer a um mercado diversificado de visitantes, preservando o capital natural a longo prazo.		
---------------------	--	--	--

Resultado:	Unidades de conservação da natureza consolidadas como produtos turísticos.
-------------------	--

[illegible]

Comparação dos Produtos Planejados com os Produtos Obtidos

(informação complementar à tabela Progresso Na Implementação (PI))

1. Componente 1 Investimentos nos parques estaduais:

Produtos Planejados	Produtos Obtidos
1.1 Realização de 7 Projetos executivos. 1.1.1 Execução do projeto executivo para readequação do píer do Núcleo Perequê – PEIC. 1.1.2 Execução do Projeto executivo para reforma do sistema de iluminação da Caverna do Diabo. 1.1.3 Execução do Projeto Executivo para revitalização da Estrada de Castelhanos – PEIb, que inclui: equipamentos de vigilância e serviços ao visitante. 1.1.4 Execução do Projeto Executivo para revitalização do Projeto núcleo Perequê e Marujá - PEIC (recepção e área administrativa, museu, sanitários, sistema de tratamento de esgoto). 1.1.5 Execução do Projeto Executivo para revitalização do Projeto núcleo Santana - PETAR (centro de interpretação ambiental, recepção de visitantes, área administrativa, sanitários e obras complementares). 1.1.6 Execução do Projeto Executivo para revitalização do Projeto Estrada da Macaca - PECB (equipamentos de vigilância e de serviços ao visitante), executado. 1.1.7 Execução do Projeto Executivo do desenho das Projeto exposições dos centros de interpretação ambiental. 1.2 Execução de 20 Obras para a Visitação Turística nos parques. 1.2.1 Execução de Obras para implantação de trilhas, sinalização e revitalização de edificações. 1.2.2 Execução da Obra de restauração do edifício histórico para uso como sede do Parque Estadual de Ilhabela e Centro de Interpretação Ambiental. 1.2.3 Execução da Obra de revitalização do núcleo Santana - PETAR (centro de interpretação ambiental, recepção de visitantes e sanitários). 1.2.4 Execução da Obra de revitalização do núcleo Caverna do Diabo - PEJ (restaurante, centro de interpretação ambiental, sanitários, estacionamento, guarita). 1.2.5 Execução da Obra de instalação do sistema de iluminação da	1.1 Projetos executivos realizados: 6. 1.1.1 Executado o Projeto Executivo para readequação do píer do Núcleo Perequê. 1.1.2 Projetos Executivos para iluminação da Caverna do Diabo executado: 1. 1.1.3 Projeto Executivo para revitalização da Estrada de Castelhanos executado: 0. 1.1.4 Projeto Executivo para revitalização do Projeto núcleo Marujá executado: 1. 1.1.5 Projeto Executivo para revitalização do Projeto núcleo Santana executado: 1. 1.1.6 Projeto Executivo para revitalização do Projeto Estrada da Macaca executado: 1. 1.1.7 Projeto Executivo do desenho das exposições dos centros de interpretação ambiental, executado: 1. 1.2 Obras para a Visitação Turística nos parques executadas: 14 completo e 3 parcialmente). 1.2.1 Concluídas as 10 Obras para implantação de trilhas, sinalização e revitalização de edificações. 1.2.2 Concluída a Obra de restauração do edifício histórico. 1.2.3 Executada a Obra de revitalização do núcleo Santana 1.2.4 Concluída a Obra de revitalização do núcleo Caverna do Diabo. 1.2.5 Realizada a Obra de instalação do sistema de iluminação da Caverna do Diabo. 1.2.6 Obra de revitalização da Sede 1 de Ribeirão Grande

<p>Caverna do Diabo - PEJ.</p> <p>1.2.6 Execução da Obra de revitalização da Sede 1 de Ribeirão Grande - PEI (pousadas Lontra e Mono Carvoeiro).</p> <p>1.2.7 Execução da Obra no núcleo Perequê - PEIC (pousada, sanitários, centro de interpretação, recepção e área administrativa, paisagismo).</p> <p>1.2.8 Execução da Obra de revitalização no píer do núcleo Perequê - PEIC.</p> <p>1.2.9 Execução da Obra no núcleo Sete Barras - PECB (1 ecolodge, 1 restaurante, 1 área de recepção e administração).</p> <p>1.2.10 Execução da Obra de implantação de trilhas especiais.</p> <p>1.2.11 Contratação e Execução da Obra de implantação do sistema de trilhas e de trilhas de longo percurso e atrativos turísticos (em todos os parques - 250 kms).</p> <p>1.2.12 Execução da Obra do sistema de Sinalização de Parques (placas nominativas e interpretativas).</p> <p>1.2.13 Implantação de 6 exposições nos centros de interpretação de todos os parques.</p> <p>1.2.14 Execução da Obra de construção e equipamento Estrada de Castelhanos - PEIb (equipamentos de vigilância e serviços aos visitantes).</p> <p>1.2.15 Execução da Obra de revitalização da estrada da Macaca - PECB (equipamentos de vigilância e serviço ao visitante).</p>	<p>executada: 1 de 2.</p> <p>1.2.7 Executada a Obra no núcleo Perequê.</p> <p>1.2.8 Obra não executada.</p> <p>1.2.9 Não foi executada a Obra no núcleo Sete Barras.</p> <p>1.2.10 Somente executada a trilha no mangue e a trilha das bromélias. Duas obras previstas, Canopywalk e arborismo, não foram implantadas.</p> <p>1.2.11 Obras implantadas do sistema de trilhas e a de trilha de longo percurso e atrativos turísticos, com um total de 113 km.</p> <p>1.2.12 Implantado o sistema de Sinalização de Parques.</p> <p>1.2.13 Implantadas as 6 exposições nos centros de visitantes de todos os parques.</p> <p>1.2.14 Obra de construção e equipamento Estrada de Castelhanos será executada pelo DER.</p> <p>1.2.15 Obra de revitalização da estrada da Macaca executada.</p>
<p>1.3 Conclusão de 4 Estudos de consultoria.</p> <p>1.3.1 Execução de 1 Estudo de benchmarking da implantação Estudo de trilhas de longo percurso (organização de seminário).</p> <p>1.3.2 Execução de 1 Estudo de melhoria de atrativos turísticos dos os parques (identificação de intervenções necessárias p/ habilitação p/ uso turístico e impacto da visitação de atrativos) e sistema de trilhas (identificação de trilhas existentes e proposta de implantação).</p> <p>1.3.3 Execução de 1 Estudo para elaboração do plano de Estudo contingência.</p> <p>1.3.4 Execução de 1 Estudo para elaboração do plano de Estudo sinalização dos parques.</p>	<p>1.3 Estudos de consultoria concluídos: 4.</p> <p>1.3.1 Executado o Estudo de benchmarking da implantação Estudo de trilhas de longo percurso.</p> <p>1.3.2 Estudo de melhoria atrativos turísticos Estudo dos os parques executado.</p> <p>1.3.3 Estudo para elaboração do plano de Estudo de contingência, executado.</p> <p>1.3.4 Estudo para elaboração do plano de estudo de sinalização dos parques: executado.</p>

2. Componente 2: Produto Turístico na Área de Influência dos Parques

Produtos Planejados	Produtos Obtidos (Término do Projeto)
<p>1.1. Realização de 3 Oficinas de Planejamento.</p> <p>1.1.1. Realização de 1 Etapa de mobilização das 40 comunidades da área de influência do projeto.</p> <p>1.1.2. Elaboração de 1 Plano Estratégico de capacitação comunitária.</p> <p>1.1.3. Elaboração de 1 mapa síntese das ações de capacitação comunitária.</p> <p>1.2. Estruturação de 18 Unidades de Negócios.</p> <p>1.2.1. Elaboração de 6 Cadernos com as definições dos parâmetros de implantação do projeto por Parque.</p> <p>1.2.2. Elaboração de 6 Cadernos de Gestão das Unidades de Cadernos Negócios por parque.</p> <p>1.2.3. Elaboração de 6 Manuais de identidade visual com Manuais diretrizes de aplicação da marca por parque.</p> <p>1.3. Realização de 1 Plano de Marketing Turístico.</p> <p>1.3.1. Realização de 1 Campanha de publicidade.</p> <p>1.3.2. Realização de 10 Capacitações Comunitárias.</p> <p>1.4. Realização de 10 Cursos de capacitação em 10 temas de no mínimo 150 pessoas das comunidades da área de influência do Projeto.</p> <p>1.5. Realização de 8 Fóruns para estruturação da entidade articuladora da cadeia produtiva do ecoturismo.</p> <p>1.5.1. Realização de 8 Cursos para capacitação de, no mínimo, 150 micro e pequenos empresários em 4 temas relacionados ao ecoturismo.</p> <p>1.5.2. Envolvimento de 6 Entidades articuladoras da cadeia produtiva do ecoturismo na área de influência dos parques envolvidas.</p> <p>1.6. Realização de 1 Curso de capacitação a Municípios.</p> <p>1.6.1. Realização de 1 Curso de capacitação dos 13 municípios Curso das áreas de influência direta do Projeto em planejamento e gestão do turismo, com ênfase em áreas protegidas.</p>	<p>1.1 Oficinas de Planejamento realizadas: 3.</p> <p>1.1.1 Etapa de mobilização das 40 comunidades da área de influência do projeto realizada: todas.</p> <p>1.1.2 Plano estratégico de capacitação comunitária elaborado: 1.</p> <p>1.1.3 Mapa síntese das ações de capacitação elaborado: 1.</p> <p>1.2 Estruturação das Unidades de Negócios realizada: 18.</p> <p>1.2.1 Cadernos com as definições dos parâmetros de implantação do projeto por Parque Elaborados: 6.</p> <p>1.2.2 Cadernos de Gestão das Unidades de Cadernos Negócios por parque Elaborado: 6.</p> <p>1.2.3 Manuais de identidade visual com manuais diretrizes de aplicação da marca por parque elaborados: 6.</p> <p>1.3 Plano de Marketing Turístico realizado: 1.</p> <p>1.3.1 Plano de Marketing realizado;</p> <p>1.3.2 Campanha de publicidade realizada: 1.</p> <p>1.4 Capacitações Comunitárias realizadas: 10.</p> <p>1.4.1 Cursos de capacitação em 10 temas realizado: 10.</p> <p>1.5 Realizados os 8 Fóruns.</p> <p>1.5.1 Cursos para capacitação realizados: 8.</p> <p>1.5.2 Constituídos 6 Grupos de Trabalho.</p> <p>1.6 Curso de capacitação a Municípios realizado: 1.</p> <p>1.6.1 Realizado o Curso de capacitação.</p>

3. Componente 3: *Gestão do Ecoturismo na Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e nos Parques.*

Produtos Planejados	Produtos Obtidos
<p>1.1. Fortalecimento da Capacidade de Gestão do Ecoturismo na Secretaria do Meio Ambiente (SMA).</p> <p>1.1.1. Estabelecimento de 1 Núcleo de apoio à visitação na SMA.</p> <p>1.1.2. Elaboração de 1 Política estadual e regulamentação da Política Estadual gestão do ecoturismo e uso dos parques.</p> <p>1.1.3. Elaboração de 1 Proposta de estrutura das tarifas de ingresso aos Parques.</p> <p>1.1.4. Colaboração (1) com Acordo com a Secretaria de Turismo nas atividades de articulação e promoção.</p> <p>1.2. Fortalecimento (28) da Capacidade de Gestão do Ecoturismo nos Parques.</p> <p>1.2.1. Contratação de 6 Coordenadores de visitação pública.</p> <p>1.2.2. Implantação de 6 Sistemas de informação, administração e gestão, implantado em todos os parques.</p> <p>1.2.3. Firma de 15 Contratos de adjudicação de operação das unidades de negócios (Termos de Parceria e Permissão de Uso Qualificada) para pelo menos 9 unidades de alojamento e todos os restaurantes nos 6 centros turísticos prioritários.</p> <p>1.2.4. Avaliação (1) do andamento dos serviços concessionados.</p>	<p>1.1. Capacidade de Gestão do Ecoturismo na Secretaria do Meio Ambiente (SMA) fortalecida: 4.</p> <p>1.1.1. Criada uma Gerência de Visitação Pública e Ecoturismo na FF, hoje denominada Núcleo de novos Negócios e Parcerias para a Sustentabilidade.</p> <p>1.1.2. Elaborado estudo para subsidiar a Política do ecoturismo para as UCs.</p> <p>1.1.3. Elaborada a Proposta de estrutura das tarifas de ingresso aos Parques.</p> <p>1.1.4. Firmado um Convênio com a Secretaria de Turismo.</p> <p>1.2. Capacidade de Gestão do Ecoturismo nos Parques fortalecida: 9.</p> <p>1.2.1.Coordenadores de visitação pública contratados: 6.</p> <p>1.2.2.Sistema de informação, administração e gestão, não foi implantado.</p> <p>1.2.3.Contratos de adjudicação de operação das unidades de negócios firmados: 3.</p> <p>1.2.4.Andamento dos serviços concessionados avaliados: 0.</p>

Capacidade de Carga das Cavernas – Número de Visitantes por Dia

	Capacidade de Carga provisória definida por meio dos planos emergenciais dos TAC		Capacidade de carga proposta nos planos de manejo elaborados pela FF, em revisão pelo Icmbio
PETAR	Caverna	Total de visitantes por dia	Total de visitantes por dia
	Gruta do Cafezal	104	162
	Caverna Morro Preto	400	1158
	Caverna do Couto	200	
	Cavena Água Suja	152	440
	Gruta do Alambari de Baixo	184	424
	Caverna de Santana	208	327
	Caverna Ouro Grosso	136	162 (maio a set) e 90 (out a abril)
	Caverna Temimina I	42	144
	Caverna Temimina II		153
	Gruta do Chapéu	106	108
	Gruta do Chapéu Mirim I	106	108
	Gruta do Chapéu Mirim II	106	108
	Caverna Aranhas	106	126
	Caverna Casa de Pedra	fechada à visitação	296
	Gruta da Arataca	fechada à visitação	54
	Gruta do Monjolino	fechada à visitação	54
	Caverna Água Sumida	fechada à visitação	42
	Caverna Pescaria	fechada à visitação	72
	Caverna Desmornada	fechada à visitação	81
PECD	Caverna do Diabo	555	1252
PEI	Caverna do Fendão	40	136
	Gruta da Mãozinha	36	21
	Gruta Jane Mansfield	24	49
	Gruta da Santa	64	203
	Gruta Colorida	80	136
	Gruta do Tatu	35	70
	Gruta do Cipó	35	70
	Gruta dos Meninos	35	70
	Gruta do Fogo	64	80
	Minotauro	30	sem visitação - estudos inconclusivos

Notas:

Os planos de manejo espeleológicos elaborados pela FF foram entregues com revisões ao Icmbio/CECAV no fim do ano passado.

O Icmbio entregará as considerações finais até março de 2013.

Investimentos: Orçamento Original X Orçamento Vigente

Análise de Investimentos: Orçamento Original X Orçamento Vigente							
I. Categoria de Investimento	Orçamento Original (USD)			Orçamento Vigente (USD) (*)			Diferença
Instituição	BID	Local	Total	BID	Local	Total	(%)
II ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO	530.000	643.000	1.173.000	580.000	643.000	1.223.000	4,26
UCP	110.000	643.000	753.000	115.520	643.000	758.520	0,73
Supervisão de Obras	420.000	-	420.000	464.480	-	464.480	10,59
III CUSTOS DIRETOS	7.557.000	4.917.000	12.474.000	8.310.000	4.917.000	13.227.000	6,04
Investimentos nos Parques Estaduais	7.257.000	2.932.000	10.189.000	7.412.000	2.932.000	10.344.000	1,52
Produto Turístico Fora dos Parques	252.000	1.327.000	1.579.000	898.000	1.327.000	2.225.000	40,91
Fortalecimento da Capacidade de Gestão	48.000	658.000	706.000	-	658.000	658.000	-6,80
IV CUSTOS CONCORRENTES	110.000	100.000	210.000	110.000	100.000	210.000	0,00
Auditoria	110.000	-	110.000	110.000	-	110.000	0,00
Monitoramento	-	100.000	100.000	-	100.000	100.000	0,00
V SEM ALOCAÇÃO ESPECÍFICA	803.000	-	803.000	-	-	-	-100,00
Imprevistos	803.000	-	803.000	-	-	-	-100,00
VI CUSTOS FINANCEIROS	-	340.000	340.000	-	340.000	340.000	0,00
Juros	-	300.000	300.000	-	300.000	300.000	0,00
Comissão de Compromisso	-	40.000	40.000	-	40.000	40.000	0,00
TOTAL	9.000.000	6.000.000	15.000.000	9.000.000	6.000.000	15.000.000	0,00
Pari Passu	60%	40%		60%	40%		
(*) Dados fornecidos pela UCP							

Orçamento Vigente X Orçamento Executado em USD

Item	Orçamento Vigente			Realizado (Fev 2013)			Dif (%)
	Total Projeto	BID	Aporte local	TOTAL	BID	Aporte local	Valor Total
1. Administração Projeto	1,223,000	580,000	643,000	837,179	540,777	296,401	-32%
1.1 UCP	758,520	115,520	643,000	372,699	76,297	296,401	-51%
1.2 Supervisão de Obras	464,480	464,480	0	464,480	464,480		0%
2. Custos Diretos	13,227,000	8,310,000	4,917,000	15,101,698	8,202,762	6,898,936	14%
2.1 Investimentos nos Parques Estaduais	10,344,000	7,412,000	2,932,000	12,913,269	7,305,252	5,608,016	25%
2.2 Produto Turístico fora dos Parques	2,225,000	898,000	1,327,000	1,600,572	897,510	703,062	-28%
2.3 Fortalec. da Capacidade de Gestão	658,000	0	658,000	587,857	0	587,857	-11%
3. Custos Concorrentes	210,000	110,000	100,000	205,328	62,823	142,505	-2%
3.1 Auditoria	110,000	110,000		62,823	62,823	0	-43%
3.2 Monitoramento	100,000		100,000	142,505	0	142,505	43%
4. Sem alocação específica	154,984	0	154,984	0	0	0	-100%
4.1 Rendimentos aplicações financeiras	154,984		154,984	0		0	-100%
5. Custos Financeiros	340,000	0	340,000	278,595	0	278,595	-18%
5.1 Juros	300,000		300,000	205,753		205,753	-31%
5.2 Comissão de Compromisso	40,000		40,000	72,842		72,842	82%
TOTAIS	15,154,984	9,000,000	6,154,984	16,422,800	8,806,363	7,616,437	8%
PARI-PASSU Porcentagem		59%	41%		54%	46%	

Nota1: Esta Demonstração foi extraída da Auditoria 2012 do Projeto.

Calendario de Investimentos por Componente (mil US\$)									
PRODUTOS	2006/2007	2008	2009	2010	2011	2012	Executado	Planejado	Dif (%)
COMPONENTE 1: Investimentos nos Parques							12,579	11,432	10.0
Projetos Executivos	247		87				334	448	-25.4
Obras para a Visitação Turística	334	706	684	3,770	1,701	3,885	11,080	9,469	17.0
Estudos de consultoria	101	5	521	216	260	62	1,164	1,515	-23.1
COMPONENTE 2: Produto Turístico na Área							1,935	1,909	1.4
Oficinas de Planejamento		13	17				29	78	-62.6
Estruturação das Unidades de Negócios				210	123		333	333	0.0
Plano de Marketing Turístico		31	13	131	214	231	620	312	98.7
Capacitação Comunitária realizada				102	717		820	910	-9.9
Fóruns para estruturação da entidade articuladora		35	49				84	37	126.8
Cursos de capacitação a Municípios realizados				50			50	239	-79.1
COMPONENTE 3: Gestão do Ecoturismo							588	597	-1.5
Capacidade de Gestão do Ecoturismo na SMA					173		173	195	-11.3
Capacidade de Gestão do Ecoturismo nos Parques			200	215			415	402	3.2
SUB-TOTAL - CUSTOS DIREITOS	682	790	1,570	4,695	3,188	4,178	15,103	13,938	8.4
COMPONENTE 4: Outros							1,321	983	34.3
Administração, Avaliação, Imprevistos	6	332	534	103	4		980	822	19.2
Juros e Comissão de Compromisso	13	16	48	50	74	77	278	-	0.0
Auditoria		15	16	12		19	63	162	-61.2
TOTAL DO PROJETO	701	1,154	2,169	4,860	3,265	4,274	16,423	14,921	10.1
Dados fornecidos pela UGP do Projeto em 06/05/2013.									
Os valores constantes da coluna "Planejado" foram extraídos das dotações orçamentárias anuais aprovadas, e convertidas na paridade oficial de cada ano.									

ANEXO2 - Marco Lógico

Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Resultados Esperados
Finalidade: Consolidar a vocação turística sustentável na área de influência do Projeto, como estratégia de conservação da Mata Atlântica e em apoio ao desenvolvimento socioeconômico da região.	<p>Aumento do gasto médio de visitante na região em 50% sobre o valor atual: Janeiro 2005: R\$90/dia/visitante Dezembro 2012: R\$136/dia/visitante.</p> <p>Aumento no emprego direto no setor turístico nos 13 municípios do Vale do Ribeira: Janeiro 2005: 1,34% Dezembro 2012: 2,01%</p> <p>Aumento no número de empresas turísticas que operam na área de influência do Projeto: Janeiro 2005: 681 Dezembro 2012: 1013</p>	<p>Pesquisas com os visitantes dos parques realizadas pela SMA e pelos operadores turísticos.</p> <p>Dados do IBGE para os grupos de atividades econômicas segundo a certificação do Ministério do Trabalho e Emprego – Classificação brasileira de ocupações (CBO2002) e classificação Nacional de atividades Econômicas (CNAE). Classificação de CBO GG5 “Prestadores de serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados”. Os códigos CNAE de grupos de hospedagem e alimentação 55.23-9, 55.13-1, 55.24-7, 55.20-0, 55.29-8, 55.19-0, e 55.21-2 e do grupo comércio e reparação de veículos automotores 50.50-4, 50.41-5, 50.20-2</p> <p>Dados do IBGE para atividades econômicas</p> <p>Avaliação <i>ex post</i></p>	<p>Não foram registrados choques macroeconômicos que afetassem negativamente a economia nacional, particularmente na redução do poder aquisitivo dos potenciais visitantes aos parques.</p> <p>Não se registraram acontecimentos que afetassem negativamente o turismo internacional.</p>
Objetivo: Organizar e consolidar as unidades de conservação da natureza como produtos turísticos com capacidade de atrair, reter e satisfazer a um mercado diverso de visitantes, preservando o capital natural no longo prazo.	<p>Ao final da execução do Projeto (2009), o número de visitantes aos parques aumenta de 170.000/ano (2004) para 300.000/ano.</p> <p>Ano 1 184,000 (8%) Ano 2 212,000 (15%) Ano 3 250,000 (18%) Ano 4 300,000 (20%)</p> <p>Ao final da execução do Projeto, (2009), o gasto médio diário dentro dos parques por visitante que pernoitam nos parques aumenta em pelo menos 50% do valor atual de R\$70/ dia (2004). Ano 1 R\$80 (14%) Ano 2 R\$90 (12.5%) Ano 3 R\$99 (10%)</p>	<p>Dados do Sistema de Gestão de Visitantes dos Parques</p> <p>Pesquisas com os visitantes dos Parques. Registro dos alojamentos e restaurantes dentro dos parques.</p> <p>Registro dos alojamentos dentro dos parques.</p> <p>Pesquisas sobre o ingresso dos visitantes aos parques.</p>	<p>Não foram registrados choques macroeconômicos que afetassem negativamente a economia nacional, particularmente na redução do poder aquisitivo dos potenciais visitantes dos parques.</p> <p>Foram mantidos níveis similares de financiamento público para os parques estaduais</p> <p>Os serviços turísticos sob concessão são administrados eficientemente, com critérios</p>

	<p>Ano 4 R\$108 (9%)</p> <p>Ao final da execução do Projeto, (2009), a taxa média de ocupação por cama nos alojamentos dos parques aumenta da estimativa atual de 20% para 60%.</p> <p>Ao final da execução do Projeto, (2009), ocorre uma diversificação dos motivos de visita a cada um dos parques em função de sua vocação (base 2003).</p>		<p>comerciais e práticas que sejam financeira, social e ambientalmente sustentáveis.</p> <p>O pessoal dos parques conseguiu dar um salto em direção ao manejo mais empresarial do potencial turístico dos parques.</p>
	<p>(Dados, respectivamente, de 2003 e 2009):</p> <p>1. <u>PE Carlos Botelho</u> Educativa: 60%; 40% Lazer: 40%; 50% Eventos: 0%; 10%</p> <p>2. <u>Intervales</u> Educativa: 21%; 15% Lazer: 68%; 65% Eventos: 11%; 20%</p> <p>3. <u>Petar</u> Educativa: 70%; 50% Lazer 30% 45% Eventos 0% 5%</p> <p>4. <u>Jacupiranga</u> Educativa: 9%; 25% Lazer: 91%; 75% Eventos: 0%; 0%</p> <p>5. <u>Ilha de Cardoso</u> Educativa: 50%; 35% Lazer: 50%; 60% Eventos: 0%; 5%</p> <p>Ao final da execução do Projeto, (2009), aumenta a participação da mulher nos conselhos consultivos dos 6 parques de 30% (média) para 50%. Ano 2: 40% Ano 4: 50%</p>	<p>Avaliação da gestão da SMA</p> <p>Avaliações de Meio Termo e Final</p>	
	<p>Ao final da execução do Projeto, (2009), o manejo ambiental do Parque Ilhabela melhora, como resultado da implantação do Plano de Visitação. Melhorias como:</p>	<p>Dados do Sistema de Visitação do Parque – Pesquisas quando do ingresso dos visitantes.</p>	

	<p>a. Começam a ser registrados o número e tipo de visitantes do Parque. (0 atualmente a 20.000/ano).</p> <p>b. Redução no número de infrações ambientais do parque emitidas de 75/ano atualmente para máximo 25/ano.</p> <p>c. Numero de infrações de uso público do parque começam a ser registradas (0 ao ano atualmente para 50 ao ano ao final ano 4).</p> <p>d. Articulação institucional ocorre ao integrar ao plano diretor municipal o plano de visitantes do Parque.</p> <p>Ao final da execução do Projeto, (2009), o manejo ambiental dos Parques do Vale do Ribeira melhora, como resultado da implantação do Plano de Visitação e o Plano de Gestão de Parques. Melhora medida como:</p> <p>a. Redução da ocupação ilegal e de atividades ilegais em favor do uso de mínimo impacto no território ao redor dos Núcleos de Visitação</p> <p>b. Redução no numero de infrações ambientais no parque emitidas.</p>	<p>Avaliações de Meio Termo e Final</p> <p>Dados do Sistema de Visitação do Parque – Enquete de ingresso aos visitantes.</p> <p>Avaliação <i>in situ</i> das propriedades ao redor dos Núcleos de visitação, além de fotointerpretação e dados do DRPN (licenças ambientais) e FNMA (projetos ambientais)</p> <p>Dados informados pelos gestores dos Parques e membros do Núcleo de Apoio à Visitação Pública da SMA</p>	
	<p>c. Número de infrações de uso público do parque começam a ser registradas (0 ao ano atualmente para 50 ao ano/ parque ao final ano 4).</p> <p>d. Redução no número de ocorrências por vandalismo dentro dos Parques.</p> <p>Na metade da execução do Projeto (2007) a SMA emite Resoluções Secretariais que:</p> <p>a. Estabelecem uma unidade ou núcleo de visitação pública e ecoturismo, na qual trabalhem com dedicação exclusiva, ao menos 3 funcionários com treinamento formal no setor turismo;</p> <p>b. Se faz obrigatório o registro de visitantes ea manutenção de um controle estatístico regular; e requerem que cada parque conte com ao menos um especialista em turismo entre seu pessoal regular.</p> <p>Ao final da execução do Projeto (2009) os visitantes dos parques expressam um alto grau de satisfação (ao menos 75% dizem estar satisfeitos) com os serviços turísticos disponíveis (Linha de base será desenvolvida antes do inicio da execução).</p>	<p>Avaliações de Meio Termo e Final</p> <p>Avaliação de Meio Termo.</p>	

COMPONENTES			
Componente 1. INVESTIMENTOS			

NOS PARQUES ESTADUAIS REALIZADOS			
Assistência técnica para o planejamento, desenho e administração da visita pública	<p>16 estudos de consultoria e projetos executivos para a definição de trilhas, sinalização, comunicação, normatização, plano de contingências e obras contratadas e executadas ao final do ano 1 de execução (2006):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Estudo para preparar proposta de normatização dos atrativos turísticos (regulamento de uso para cada parque) 2. Estudo para o melhoramento dos atrativos turísticos de todos os parques (identificação de investimentos necessários para habilitação para uso turístico e impacto da visitação de atrativos) 3. Estudo de desenho do sistema de trilhas (identificação de trilhas existentes e novas, seleção de trilhas, investimentos necessários em trilhas selecionadas e propostas de implantação –projetos executivos) 4. Estudo de benchmarking da implantação de trilhas de longo percurso(organização de seminário) 5. Projeto Executivo trilhas especiais em todos os parques (localização,, dimensionamento de trilhas, investimentos complementares –canopy, arborismo, mangue) 6. Estudo para elaboração do plano de manejo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. 7. Estudo para elaboração do plano de manejo do Parque Estadual Ilhabela 	Relatórios da UCP e Relatórios de consultoria	
	<ol style="list-style-type: none"> 8. Projeto Executivo para revitalização do núcleo São Miguel Arcanjo – PECB que inclui: <i>ecolodge</i>, 2 restaurantes, área de recepção e administração, e obras complementares de infraestrutura. 9. Projeto Executivo revitalização da Estrada de Castelhanos – PEIb que inclui equipamento de segurança e serviços ao visitante. 10. Estudo Executivo estabelecimento de Trilha Subaquática – PEIb que inclui: 2 <i>piers</i> equipamentos de segurança e apoio ao visitante. 11. Projeto Executivo revitalização do núcleo Ilha da Casa – PEIC que inclui: recepção de visitantes e área administrativa e 1 restaurante. 12. Projeto Executivo revitalização do Núcleo Marujá – PEIC que inclui: recepção e área administrativa, museu, sanitários, sistema de coleta e tratamento de águas servidas. 13. Projeto Executivo readequação do <i>pier</i> do Núcleo Perequê – PEIC 14. Projeto Executivo revitalização do sistema de iluminação da Caverna do Diabo – PEJ 15. Projeto Executivo revitalização do núcleo Santana – PETAR que inclui: centro de interpretação ambiental, recepção de visitantes e área administrativa, sanitários e obras complementares. 16. Projeto Executivo revitalização do núcleo Ouro Grosso – PETAR que inclui: pousada, sanitários, área de recepção e administração, e obras 		

	<p>3. Obras de revitalização do núcleo Caverna do Diabo – PJ (1 restaurante, centro de interpretação ambiental, sanitário, estacionamento, guarita)</p> <p>4. Obra de instalação do sistema de iluminação Caverna do Diabo, PJ</p> <p>5. Obras de revitalização do Núcleo Santana – PETAR (centro de interpretação ambiental, recepção de visitantes, estacionamento, baterias sanitárias)</p> <p>8 obras contratadas e executadas ao final do ano 2 (2007):</p> <p>1. Obras de revitalização do Núcleo São Miguel Arcanjo- PECB (1 <i>ecolodge</i>, 1 restaurante, área de recepção e administrativas)</p> <p>2. Obras de construção e equipamento Estrada de Castelhanos - PEIb (equipamentos de segurança e serviço ao visitante)</p> <p>3. Obras núcleo Perequê – PEIC (1 posada, sanitários, centro de interpretação, recepção e área administrativa, reforma estética)</p> <p>4. Obras de revitalização do pier Núcleo Perequê – PEIC</p> <p>5. Obras de revitalização do Centro de Recepção Cananéia – PEIC</p> <p>6. Obras Núcleo Caboclos – PETAR (posada, área de camping, estacionamento, sanitários, área de recepção e administração).</p> <p>7. Obras Núcleo Ouro Grosso – PETAR (posada, sanitários, área de recepção, obras estéticas)</p> <p>8. Obras núcleo Sete Barras – PECB (1 <i>ecolodge</i>, 1 restaurante, 1 área de recepção e administração)</p> <p>2 obras contratadas e executadas ao final do ano 3 (2008):</p> <p>1. Obras de revitalização da Estrada da Macaca – PECB (equipamentos de segurança e serviço ao visitante)</p> <p>2. Obra de revitalização da Sede 2 – Ribeirão Grande. PEI (reforma do restaurante)</p> <p>2 obras contratadas e executadas ao final do ano 4 (2009):</p> <p>1. Obras de estruturação do Núcleo Marujá – PEIC (recepção e área administrativa, 1 museu, sanitários, sistema de águas negras)</p> <p>2. Obras de revitalização dos núcleos Guapiruvu e Quilombo – PEI (recepção de visitantes, guarita, e estacionamento)</p>	<p>Relatório de progresso da UCP e Relatórios de fiscalização de obras</p> <p>Relatório de progresso da UCP e Relatórios de fiscalização de obras</p> <p>Relatório de progresso da UCP e Relatórios de fiscalização de obras</p>	
--	---	--	--

Componente 2 DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO PRODUTO TURÍSTICO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DOS PARQUES REALIZADO E IMPLEMENTADO			
Capacitação e	6 seminários regionais (1 por sub-região) de informação e	Relatório dos consultores a cargo dos	FVR ou outras fontes

sensibilização das comunidades realizado	<p>mobilização das 63 comunidades nas zonas de amortização dos Parques 12 cursos de capacitação em planos de negócio para 63 comunidades (6 sub-regiões) realizados até o final do ano 2 de execução do Projeto (2007)</p> <p>12 módulos de assistência técnica para a elaboração de 12 planos de negócio comunitários realizados até o final do ano 3 de execução (2008)</p> <p>3 cursos de capacitação em gerenciamento de serviços turísticos para PYMES e comunidades locais operando dentro dos parques realizados até o final do ano 1 (2006) de execução</p> <p>3 cursos de capacitação em gerenciamento de serviços turísticos para PYMES locais operando fora dos parques realizados até o final do ano 2 de execução</p> <p>14 cursos de capacitação na operação de serviços turísticos. 7 cursos ao final do ano 1 (2006) de execução e 7 cursos (ao final do ano 2 (2007)</p> <p>3 seminários regionais (1 por região) de informação e mobilização dos 14 municípios que compreendem a área de influencia do Projeto até o final do ano 1 (2006) de execução.</p> <p>9 cursos de capacitação na realização planos de gestão municipal de turismo para 14 municípios realizados. 3 cursos realizados até o final do ano 1 de execução do Projeto (2006); 3 cursos realizados até o final do ano 2 (2007); e 3 ao final do ano 3 (2008)</p> <p>6 módulos de assistência técnica para elaborar 6 projetos executivos para melhorar as instalações municipais dirigidas ao turismo realizados. 2 projetos executivos elaborados até o final do ano 2 de execução (2007); 2 elaborados até o final do ano 3 (2008); e 2 projetos elaborados até o final do ano 4 (2009)</p> <p>3 propostas identificando as necessidades de médio e longo prazo de assistência técnica e capacitação para comunidades, PYMES, e os municípios realizados ao final do ano 4 de execução</p>	<p>seminários e informes de progresso da UCP</p> <p>Relatório dos consultores a cargo dos cursos e informes de progresso da UCP</p> <p>Relatório dos consultores a cargo dos módulos e informes de progresso da UCP</p> <p>Planos de Negócios</p> <p>Relatório dos consultores a cargo dos cursos e informes de progresso da UCP</p> <p>Relatório dos consultores a cargo dos cursos e Relatórios de progresso da UCP</p> <p>Relatório dos consultores a cargo dos cursos e Relatórios de progresso da UCP</p> <p>Relatório dos consultores a cargo dos cursos e Relatórios de progresso da UCP</p> <p>Relatório dos consultores a cargo dos estudos e Relatórios de progresso da UCP</p> <p>Relatório dos consultores a cargo dos módulos e Relatórios de progresso da UCP</p> <p>Projetos executivos municipais</p> <p>Relatório dos consultores a cargo dos estudos e Relatórios de progresso da UCP</p>	<p>de financiamento externas ao Projeto mantém aberto propostas de financiamento de PYMES na área de ecoturismo.</p> <p>Municípios e empresas do setor se interessam em participar do Projeto.</p>
Plano de marketing elaborado e executado	<p>Plano de marketing elaborado no ano 1 de execução do Projeto que inclui:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Análise de Micro e macro ambiente 2. Estratégia de produto turístico 3. Estratégia de distribuição (Sistema Integrado de Reservas de alojamento) 4. Estratégia de Promoção 5. Proposta para o desenvolvimento do Sistema de Informações de Mercado 	<p>Documento do plano de marketing em consenso com os Conselhos Consultivos, a SMA e o Banco</p> <p>Relatórios periódicos da UPC e existência do catálogo</p>	<p>O Projeto logra interessar ao setor privado para realizar uma promoção conjunta da zona do Projeto.</p>

	6. Plano de ação 7. Desenho de marca e aplicações Módulo informatizado de estatísticas de visitantes programado até o final do ano 2 1 catálogo de produto publicado ao final do ano 2 1 mapa turístico publicado ao final do ano 2 1 banco de dados de canais comerciais e meios de comunicação realizado ao final do ano 2 Sistema informatizado de reservas desenhado ao final do ano 3 de execução (2008) 1 sitio web implementado ao final do ano 3 de execução (2008) Campanha de publicidade realizada até o final do ano 3 de execução (2008)	Existência do Mapa turístico Relatórios periódicos da UCP e existência do banco de dados Relatórios periódicos da UCP e sistema funcionando Relatórios periódicos da UCP e existência do sitio web Relatórios periódicos da UCP	
--	---	---	--

Componente 3. A CAPACIDADE DE GESTÃO DO ECOTURISMO NA SMA FORTALECIDA			
Fortalecimento da SMA para a gestão do ecoturismo	Estabelecimento dentro da SMA do núcleo de apoio à visitação pública no ano 1 Contratação de todos os coordenadores (6) de visitação pública até o ano 2 de execução (2007) Política Estadual e Regulamentação da Gestão do ecoturismo eo uso dos parques elaborada até o final do ano 1 (2006) de execução Proposta da Estrutura de Tarifas de Acesso aos Parques elaborada até o final do ano 1 de execução (2006) Acordo com a Secretaria Executiva de Turismo para colaborar nas atividades de articulação e promoção alcançado ao final do ano 1 de execução (2006)	Relatórios da UCP e avaliação Meio Termo do Projeto Relatórios da UCP e avaliação Meio Termo do Projeto Avaliação de Meio Termo Relatórios da UCP Relatórios de atividades la SMA Relatórios da UCP e avaliação Meio Termo do Projeto	
	3 cursos, 2 seminários/workshops, e 1 curso a distância por ano por região realizados durante a execução d Projeto, para um total de 48 durante toda a execução, atendendo 150 funcionários de parques	Relatórios da UCP e avaliação Meio Termo do Projeto	
	Sistema de informação, administração, e gestão	Visitas de supervisão verificam a operação	Está disponível uma rede de

	(incluindo um sistema de reclamações e denúncias) em todos os parques até o final do ano 1 de execução do Projeto Contratos de adjudicação de operação das unidades de negócios (Termos de Parceria e Permissão de Uso Qualificada) firmados para ao menos 9 unidades de alojamento e todos os restaurantes nos 6 centros turísticos prioritários (Intervales, 4; PETAR,2; Carlos Botelho, 2; e Ilha do Cardoso, 1) no ano 4 de execução Avaliação da marcha dos serviços concessionados a partir do ano 2 de execução.	da Intranet Relatórios da UCP e avaliação Meio Termo do Projeto Relatórios da UCP e avaliação Meio Termo do Projeto Avaliação intermediária e final do Projeto	comunicação pública com cobertura total dos parques As PYMES locais tem interesse em participar e conseguem financiamento
--	---	---	--

PEIC = Parque Estadual Ilha do Cardoso; **PEIb** = Parque Estadual Ilhabela; **PECB** = Parque Estadual Carlos Botelho; **PEI** = Parque Estadual Intervales; **PEJ** = Parque Estadual Jacupiranga; **PETAR** = Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira

ANEXO 3 - Relatório Final do Mutuário

Banco Interamericano de Desenvolvimento Relatório de Término de Projeto (PCR) Relatório Final do Mutuário	
Nome do Projeto: Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo	
Órgão Executor: Secretaria de Meio Ambiente – SMA	
Mutuário: Estado de São Paulo	
Data da Aprovação pelo Diretório: 09/11/2005	Data Atual de Último Desembolso: 22/02/2013
Data da Efetividade do Contrato: 23/02/2006	Data do Seminário de Encerramento: 30/01/2013

Classificação do Desempenho do Projeto
<p><u>A probabilidade de lograr os Objetivos de Desenvolvimento:</u></p> <p><input type="checkbox"/> Muito Provável (MP) <input checked="" type="checkbox"/> Provável (P) <input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP) <input type="checkbox"/> Improvável (I)</p> <p><u>Implantação do Projeto:</u></p> <p><input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS) <input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S) <input type="checkbox"/> Insatisfatório (I) <input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)</p> <p><u>Sustentabilidade de Resultados do Projeto:</u></p> <p><input type="checkbox"/> Muito Provável (MP) <input checked="" type="checkbox"/> Provável (P) <input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP) <input type="checkbox"/> Improvável (I)</p> <p>Comentários:</p>

Desempenho do Mutuário
<p>Classifique o desempenho durante a preparação e execução do projeto:</p> <p><input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS) <input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S) <input type="checkbox"/> Insatisfatório (I) <input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)</p> <p>Comentários: A UCP e os demais órgãos integrantes da SMA se ajudaram mutuamente na absorção dos procedimentos do BID para poder desempenhar todos os trabalhos relativos ao Projeto.</p>

Desempenho do Banco
<p>Classifique o desempenho do Banco durante a preparação e execução do projeto:</p> <p><input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS) <input type="checkbox"/> Satisfatório (S) <input type="checkbox"/> Insatisfatório (I) <input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)</p> <p>Comentários: Em geral, o Banco colaborou assiduamente com a equipe da UCP, de forma a viabilizar o atingimento dos objetivos do Projeto.</p>

Houve muito empenho e boa vontade por parte de todos os Chefes de Equipe do BID, responsáveis pelo acompanhamento do Projeto.

Todavia, a rotatividade desses chefes teve impacto sobre o Projeto, em razão dos atrasos decorrentes de ajustes naturais dessas mudanças.

Além disso, o Banco se mostrou um pouco rígido com relação aos modelos de editais e contratos, não aceitando, em algumas ocasiões, alterações que teriam impactos positivos sobre as contratações, sem afetar significativamente as suas Políticas de Aquisições.

Recomendações Adicionais para Melhorar o Desempenho do Banco

Comentários/recomendações adicionais para melhorar o futuro desempenho do Banco:

ANEXO 4

Ata do Seminário de Encerramento

Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo (1681/OC-BR)

**São Paulo – 30 de janeiro de 2013
8:30h – 17:00h**

Anfiteatro Augusto Ruschi, Avenida Professor Frederico Hermann Junior, 345
Alto de Pinheiros – São Paulo, SP

No âmbito do encerramento do “Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo”, com número de contrato 1681/OC-BR, realizou-se no dia 30 de janeiro de 2013 o seminário de encerramento do projeto, com a participação da Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) e de representantes da Secretaria da Fazenda, Secretaria de Meio Ambiente (SMA), Fundação Florestal (FF), outros órgãos do Estado de São Paulo, municípios beneficiários do projeto, empresas turísticas e outros representantes do setor privado, organizações não governamentais (ONGs) e do Banco (BID).

O objetivo do seminário era apresentar, conversar e finalizar o relatório de encerramento do projeto, assim como apresentar vários produtos de divulgação dos logros do projeto.

1. Metodologia

- Apresentação da minuta do relatório de encerramento do projeto
- Lançamento dos produtos de divulgação do projeto
- Avaliação do projeto – discussão aberta com os participantes sobre a execução, os resultados e as lições aprendidas

Segue anexa a apresentação da minuta do relatório de termino de projeto que foi apresentada e conversada durante o seminário.

2. Participantes

Segue a lista completa dos participantes do seminário (em ordem alfabética).

REGISTRO DE PRESENÇA NO SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DO PROJETO DE ECOTURISMO 30-01-13	
NOME	EMPRESA
ADRIANA MATTOSO	FUNDAÇÃO FLORESTAL
AELSON DE MATTOS APOLINÁRIO	OPERADORA MURIQUI ECOTURISMO
ANA CAROLINA DE CAMPOS HONORA	FUNDAÇÃO FLORESTAL
ANA LÚCIA SEGAMARCHI	SEC. ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ANNA CAROLINA LOBO DE OLIVEIRA	INSTITUTO SEMEIA /NATURA
ANNA JULIA PASSOLD	AUTÔNOMA
ANNETTE B. KILLMER	BID-BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
ANTÔNIO CARLOS PALACIOS	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
ANTONIO CARLOS TATIT HOLTZ	CONSULTOR BID
ANTÔNIO MODESTO PEREIRA	FUNDAÇÃO FLORESTAL - PETAR
ANTONIO VAGNER PEREIRA	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
ANTÔNIO TOZELLI FERRARI	BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA
APARECIDA TIEKO TORII	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
AUDREI FERREIRA	GRUPO ECOVIEW SINALIZAÇÃO SUSTENTÁVEL
BEATRIZ CHAMY FARKUH	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
BEATRIZ FAIA	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
BIANCA AMARAL	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CAMILA COSTA	BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA
CAROLINA ESTÉFANO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ
CASSIA CARDOSO	CETESB
CAUÊ VIDA	O BICHO BIOTRIPS ECOTURISMO
CELINA ROSA CLAUDIO	CETESB
CESALTINO SILVA JR.	FUNDAÇÃO FLORESTAL
CLAUDIA JORGE	CETESB
CLAUDIA TENORIO	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CLAUDIO JOSÉ SILVEIRA	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSTANTINO FRANCISCO M.ALVES	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DANIELA MIDORI KANESHIRO	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DANIELLE PAES JULIAO	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DÉBORA ORGLEN DE MOURA	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DEVANCYR APPARECIDO ROMÃO	MANUFATURA DE IDÉIAS
DING HUG	CETESB
DOMINGO LEONARDO SOTO CUEVAS	COMTUR CANANÉIA
EDISON RODRIGUES DO NASCIMENTO	FUNDAÇÃO FLORESTAL
ELIANE ISRAELIAN	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
ELIAS JOSÉ ANTONIO IZAR	SEC.DESENV.ECONÔMICO,CIÊNCIA E TECNOLOGIA
ELIONIN CUNHA	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
ELISABETH SUTTER	FUNDAÇÃO FLORESTAL

ÉRIKA SAYURI KOGA	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
ERLEY DE JESUS CORADI	AMOAAPA
EUNICE APARECIDA CARLOS	CETESB
EVANDRO PEREIRA FORTES	GRUPO PÉ NO MATO
FABIO AUGUSTO DE BRITO AVILA	EDITARE EDITORA -EMPRESA DE ARTES
FABIO COLOMBINI	FABIO COLOMBINI FOTOGRAFIA DE NATUREZA
FÁTIMA B. BASTOS	PEOPLE`N`NATURE TOURS
FERNANDO CESAR S. FIGUEIREDO	MANUFATURA DE IDÉIAS
FERNANDO HENRIQUE DE SOUZA	TAMOIOS INTELIGÊNCIA GEOGRÁFICA
FERNANDO KANNI	SENAC/SP
FLORÊNCIA CHAPUIS	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
GABRIEL KENJI NISHIMURA	VALOR ECONÔMICO
GIOVANNA M. T. OLIVEIRA	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
GLAUCO ROBSON VICENTE	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
ISABELA CARRASCOSA VON GLEHN PAES	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
ISABELA DE ALMEIDA PRADO	POUSADA NÚCLEO TERRA
ISADORA PARADA	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
ISAIAS JOSÉ DE OLIVEIRA FRANCISCO	FUNDAÇÃO FLORESTAL
JANAINA BELO DE OLIVEIRA	AUTÔNOMA
JEFFERSON GUEDES BONDIOLI	CETESB
JOANA ALVES	FUNDAÇÃO FLORESTAL-PEIb
JOÃO MAURO CARRILLO	FUNDAÇÃO FLORESTAL
JONATHAS FREITAS ALEXANDRINO	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
JORGE COPPINI LOPES	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
JOSÉ ANTONIO BARSO SCALEANTE	ESTAÇÃO FLORESTA
JOSÉ LUIZ CAMARGO MAIA	FUNDAÇÃO FLORESTAL-PECB
JOSÉ PAULO GANZELI	INSTITUTO DE BOTÂNICA
JOSÉ ROBERTO CARBONÉSI	BOUCINHAS,CAMPOS &CONTI AUD.INDEPENDENTES
JOSENEI GABRIEL CARÁ	FUNDAÇÃO FLORESTAL
JULIA	INSTITUTO ECOFUTURO
JULIAN GARCIA ALVES DE ALMEIDA	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
JULIANA FERREIRA DE CASTRO	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
JULIO ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCO	POUSADA NÚCLEO TERRA
KÁTIA PISCIOTTA	FUNDAÇÃO FLORESTAL
KLEBER SOARES DE OLIVEIRA	EMPRESA DE TURISMO SANTA RITA
LAIR DOMINGUES GONÇALVES	FUNDAÇÃO FLORESTAL - PEIC
LEANDRO CRUVINEL	SMA/CA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
LEANDRO WADA SIMONE	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ
LIE SHITARA SCHUTZER	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
LUCY SOARES CHAVES	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
LUCIA SENA	CETESB
LUIZ GUERRERO	ATELIER COMUNICAÇÃO
LUIZ RODRIGO PISANI NOVAES	FUNDAÇÃO FLORESTAL - PETAR

LUIZA SAITO JUNQUEIRA AGUIAR	CETESB
LYGIA MARIA GIULIANO NADER	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
MARCELO JOSÉ MILITÃO	SITE IMPRENSA JUDAICA
MARCIA A. T. MORAES BARROS	CETESB
MARCIO DA SILVA QUEIROZ	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
MARCO ANTONIO DE ALMEIDA	CETESB
MARIA ANGELA CALRANCA	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
MARIA GERUSENEIDE S.JESUS	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
MARILDA BORBA GIAMPIELO	FUNDAÇÃO FLORESTAL
MARLENE ARAUJO	TECTOM SERVIÇOS VERTICAIS E ESPORTIVOS LTDA
MAURICIO DE CARVALHO	MANUFATURA DE IDÉIAS
MAYRA JANKOWSHY	FUNDAÇÃO FLORESTAL- PECD
MILENA KOYAMA ARAÚJO GERARDI	DETUR DE GUARULHOS
MIRIAN RAMOS GUTJAHR	INSTITUTO GEOLÓGICO
NATACHA RIBEIRO XAVIER ANTONIO	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
NEIDE ARAUJO	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
OMAR CASSIM NETO	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
PAOLA PARDINI GAETA	DETUR DE GUARULHOS
PAULA RAZUK MALUF	SECRETARIA DA FAZENDA
PRISCILA MORGANTE BOHLSAN	PACTODIGITAL
RAFA PRADA	AGÊNCIA PACTO DIGITAL LTDA
RAFAEL DE CAMARGO	PÁGINA COMUNICAÇÃO
RENATO HENRIQUE	IKE ASSISTÊNCIA
RICARDO LORENZINI BASTOS	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
RITA DE CASSIA MARTINS GOUVEIA	SABESP
RODOLFO COSTA E SILVA	SECR. DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO
RODRIGO FURTADO MESSIAS	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
RONEY PEREZ DOS SANTOS	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
SILVANA H. GREGÓRIO	SEC.DESENV.ECONÔMICO,CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TANIA REGINA BERTOLLA ROCHA	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
TATIANA MAFFEI	SMA-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
THEREZA CAMARA CHINI NISI	CETESB
THIAGO CONFORTI	FUNDAÇÃO FLORESTAL - PEI
TOMAS GRIDI PAPP	TECTOM SOLUÇÕES VERTICAIS
TOSHIO NISHIOKA	BOUCINHAS,CAMPOS &CONTI AUD.INDEPENDENTES
ULADYR ORMINDO NAYME	CETESB

ANEXO 5 - Apresentação da Avaliação no Seminário de Encerramento (link)